

JULCEMARA PFLANZER DE MORAIS

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: uma questão de qualidade

Monografia apresentada para obtenção do título de Especialista em Gestão da Qualidade no Curso de Especialização em Gestão da Qualidade, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná - UFPR.

Orientadora: Professora Dra. Onilza Martins

A teoria em si não transforma o mundo. Pode contribuir para sua formação, mas para isso tem que sair de si mesma e, em primeiro lugar, tem que ser assimilada pelos que vão ocasionar com seus atos reais, efetivos, tal transformação. Entre a teoria e a atividade prática transformadora se insere um trabalho de educação das consciências, de organização dos meios materiais e planos concretos da ação.

Vásquez

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	4
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	5
2.1 A QUESTÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO.....	5
2.1.1 Definindo e Concebendo o projeto Político Pedagógico.....	6
2.2 CONDIÇÕES NECESSÁRIAS À CONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO.....	10
2.2.1 A Participação dos Envolvidos no Processo de Construção.....	10
3 PROJETO PEDAGÓGICO: CONCEPÇÕES NO CONTEXTO ESCOLAR.....	12
4 ESTRUTURA DO PROJETO PEDAGÓGICO.....	21
4.1 ESCOLA: A BUSCA DA IDENTIDADE ENQUANTO PROJETO PEDAGÓGICO.....	25
4.2 IMPLICAÇÕES DO PROJETO PEDAGÓGICO.....	28
4.2.1 Implicações do Projeto Pedagógico na Aprendizagem.....	28
4.2.2 Implicações do Projeto Pedagógico na Ação Docente.....	30
4.2.3 Implicações do Projeto Pedagógico na Gestão da Instituição.....	34
4.2.4 Implicações do Projeto Pedagógico na Comunidade.....	6
4.3 DESCRIÇÃO E ESTRUTURA DA PROPOSTA PEDAGÓGICA DA INSTITUIÇÃO.....	38
4.3.1 Marco Referencial.....	38
4.3.2 Diagnóstico.....	39
4.3.3 Programação.....	39
4.3.4 Avaliação.....	39
5 METODOLOGIA.....	40
6 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS.....	42
6.1 SOBRE A DEFINIÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO E A IMPORTÂNCIA DE SUA EXISTÊNCIA DENTRO DA ESCOLA.....	42
6.2 CONSIDERAÇÕES SOBRE A AUTONOMIA DA ESCOLA.....	50
6.3 SOBRE A APTICIPAÇÃO DOS PROFESSORES NA CONSTRUÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO.....	52
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	56
REFERÊNCIAS.....	58
DOCUMENTOS CONSULTADOS.....	59
ANEXO	60

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como objetivo pesquisar a realidade de uma escola municipal de Curitiba, que oferece Ensino Fundamental e Ensino de Jovens e Adultos – EJA, para proceder a uma análise crítica sobre o funcionamento e a organização do trabalho pedagógico.

Inicialmente, optou-se pela tarefa de mapear e investigar, de fazer o reconhecimento desta realidade e investir na problemática constantemente enfrentada pela escola no que diz respeito ao Projeto Político Pedagógico. Assim, o problema tornou-se, portanto o objeto da pesquisa em questão.

No período da investigação foram verificados alguns aspectos fundamentais que influenciaram o trabalho pedagógico da referida instituição de ensino. A partir de uma análise mais profunda sobre o assunto, constatou-se a inexistência de uma proposta de ensino específica, pois esta não possui um Projeto Político Pedagógico próprio e construído pela sua equipe administrativa e pedagógica. Além de apresentarem contradições nas informações prestadas pelos diferentes funcionários envolvidos, esta instituição deixa transparecer incertezas sobre o assunto, além de um aparente descomprometimento pela questão.

O Projeto Político Pedagógico tornou-se necessário e obrigatório às instituições de ensino. A sua importância e finalidade, caracterizam as questões envolvidas com a sua construção (o que deve conter, como pode ser construído e a opinião de educadores sobre a questão) transformando-se no desafio do trabalho da pesquisadora.

A realização do presente projeto de pesquisa, visa assim à questão da construção do Projeto Político Pedagógico e sua contribuição para a reflexão dos educadores sobre a prática pedagógica revela a necessidade de profunda melhoria na qualidade do ensino. Justifica-se assim a necessidade de detectar a percepção de profissionais da educação em relação ao Projeto Político Pedagógico, observando-se a postura destes educadores frente à educação a própria prática de trabalho docente.

Cabe constatar ainda, qual a importância e a razão do Projeto Político Pedagógico para o desenvolvimento do trabalho de uma instituição de ensino e

sobre quais aspectos deve ser construída.

Na seqüência, a pesquisadora buscou elaborar um referencial teórico que servisse para esclarecer o assunto e que ajudasse o posicionamento de modo crítico para servir de apoio e de embasamento à construção de um trabalho fundamentado na práxis.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 A QUESTÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

O Projeto Político Pedagógico, normalmente é encarado como uma regra para o funcionamento de toda a escola, que atua sobre a cabeça daqueles que são responsáveis pelo funcionamento, é tratado como se fosse algo novo inventado para complicar a vida dos professores. O fato é que a construção de um projeto deveria ser uma questão óbvia para a escola. Segundo DEMO (1996b, p. 53), se considerássemos que a capacidade de produzir proposta pedagógica própria é competência normal do professor, seria óbvio que em cada escola houvesse algo parecido com um projeto pedagógico, pelo menos a (sic) nível individual.

Sobre isto DEMO (1996a), coloca como necessária à questão do professor elaborar seu próprio projeto pedagógico, para deixar de falar em nome de teorias alheias, ou de ser apenas aquele que coloca em prática propostas dos outros. Ele precisa sim, refletir sobre o seu papel, apresentar sua compreensão sobre a educação, conhecimento e como pretende construir e colocar em prática e avaliar seus alunos, e ainda como enxerga a relação de sua prática educativa com a formação do cidadão crítico e consciente.

Para tanto, é preciso pesquisar, estudar, questionar, atualizar-se, teorizar as práticas, ter autonomia, aprender novas coisas, avaliar-se constantemente e ter espírito inovador.

Só assim será possível imaginar a construção de um Projeto Político Pedagógico coletivo na escola, com um grupo de professores que demonstre a capacidade de produzir propostas próprias.

Desta forma, o projeto não tem sua importância somente na relação à organização do trabalho da escola, definição de metodologias e práticas educativas, mas colabora no resgate da competência do profissional da educação, pois, como explica DEMO (1996b, p 54), a primeira expectativa do projeto pedagógico é, na verdade, de restaurar uma competência normal de todo professor, que é saber construir conhecimento próprio tendo em vista fundamentar a cidadania mais competente possível, em si mesmo e no aluno.

O estudo tem, portanto a intenção e certa pretensão de apresentar uma concepção de Projeto Político Pedagógico, bem como refletir sobre sua construção e as implicações de tal construção.

2.1.1 Definindo e Concebendo o Projeto Político Pedagógico

O Projeto Político Pedagógico deve ser objeto de estudo de todas as instituições de ensino. Realizado sempre por todos os envolvidos com a escola. Isto quer dizer que professores, equipe técnico-pedagógica e representantes da comunidade escolar também são responsáveis pela construção e execução do Projeto Pedagógico na busca de uma escola democrática com uma educação de qualidade. Desta maneira, faz-se necessário uma mobilização constante que não deve ser considerada somente como objeto da ação educativa, mas como sujeitos deste processo.

O Projeto Político Pedagógico é a organização de todo o trabalho de ensino da escola. E a escola, de acordo com VEIGA (1995, p. 11), “é o lugar de concepção, realização e avaliação de seu projeto educativo, uma vez que necessita organizar seu trabalho com base em seus alunos”.

Ao construir os projetos de uma escola, é relevante refletir sobre suas finalidades enquanto instituição social e sobre a concepção de educação, apresentando o papel na sociedade e a definição de caminhos e planos de ação a serem executados por todos os envolvidos com o processo. Isto implica também na reflexão sobre a cidadania e o homem que se quer formar.

Conforme VEIGA (2000, p.15), “o projeto político pedagógico explicita os

fundamentos teórico-metodológicos, os objetivos, o tipo de organização e as formas de implementação e avaliação da escola". É a tarefa da escola refletir sobre sua intencionalidade educativa, assim como organizar sua prática educativa construindo, executando e avaliando seu Projeto Pedagógico.

O Projeto Político Pedagógico, além de ser a organização do trabalho pedagógico, serve de instrumento orientador da ação educativa e do trabalho de uma unidade de ensino em seus aspectos globais. De forma coletiva, nele foram estabelecidos os propósitos, os fundamentos e os princípios filosóficos, científicos e didático-pedagógicos da escola, assim como os desafios postos para o avanço da prática educativa e dos serviços da instituição para a sociedade.

Como resultado de um trabalho consciente e coletivo, ele deve traduzir a intencionalidade e a operacionalidade dos propósitos, dos fundamentos e de seus princípios, apresentando atividades e projetos que poderão ser desenvolvidos, os planos para colocar em prática o próprio Projeto Político Pedagógico. Outra questão importante é quanto ao estabelecimento de prazos, recursos e condições para sua execução, pois, tudo deve ser organizado levando-se em conta as possibilidades reais da escola e de execução, para que possam ser sugeridas e incluídas formas de adaptação para a execução do que foi planejado e superação de dificuldades.

A proposta do Projeto Político Pedagógico deve ser realizada o mais efetivamente possível, com envolvimento responsável de todos, como um compromisso individual e coletivo, com clareza de intenções e estabelecimento de rumos e direcionamentos da prática educativa.

Como ideário de compromisso de ação coletiva, o Projeto Político Pedagógico busca uma direção, traduz-se numa ação intencional delineada coletivamente. Por isso, ele é político por estar intimamente articulado ao compromisso sócio-político com os interesses reais e coletivos da população majoritária.

Deste modo, tem compromisso com a formação do cidadão conforme o tipo de sociedade na qual a escola está inserida.

É pedagógico, porque define ações educativas e características necessárias às escolas, para que cumpram seus propósitos e suas intencionalidades.

O político e pedagógico tem significação indissociável. E por isso, deve ser

considerado um processo permanente de reflexão e discussão dos problemas da instituição, na busca de meios que efetivem toda a sua intencionalidade.

Do exposto, VEIGA (2000, p.13) estabelece que:

O projeto pedagógico aponta um rumo, uma direção, um sentido explícito para um compromisso estabelecido coletivamente. O projeto pedagógico, ao se constituir em processo participativo de decisões, preocupa-se em instaurar uma forma de organização do trabalho pedagógico que desvele os conflitos e as contradições, buscando eliminar as relações competitivas, corporativas e autoritárias, rompendo com a rotina do mando pessoal e racionalizado da burocracia e permitindo as relações horizontais no interior da escola.

O Projeto Político Pedagógico por ser uma obra de engajamento comum, deve estabelecer e firmar compromissos com a sua própria execução, de modo que seja plenamente vivenciado com um ideal comum a ser perseguido por todos, pois ele constitui-se num processo democrático de decisões.

Desta forma, possibilita uma gestão democrática na escola, uma forma de trabalho que busca diminuir a subordinação e as relações autoritárias na divisão do trabalho, propiciando a participação de toda a comunidade escolar na ação educativa sem hierarquizar os poderes de decisão. Esta gestão democrática impede a centralização do poder em uma única pessoa ou um grupo específico, no comando do trabalho da instituição. Isto sugere uma gestão participativa dentro da escola, que estabeleça o envolvimento de todos os professores e demais funcionários, alunos, inclusive da comunidade interessada em uma escola de qualidade, no desenvolvimento das questões relacionadas à atividade pedagógica, definição de metas, planejamento de trabalhos, tomada de decisões, e à solução de dificuldades, ou seja, a organização geral do trabalho da instituição.

Assim é possível que o projeto deixe de ficar somente em documentos impressos.

Diante do exposto é imprescindível esforço coletivo que implica a seleção de valores a serem consolidados, a busca de pressupostos teóricos e metodológicos postulados por toda a identificação das aspirações maiores das famílias, em relação ao papel da escola na educação da população.

Por isso, existe a importância de que a escola juntamente com seus integrantes assuma a responsabilidade consciente de construir seu Projeto Político Pedagógico.

E quanto à concepção de um Projeto Político Pedagógico de qualidade, apresentamos algumas características como: deverá ser um processo participativo de decisões, ser também um processo de organização do trabalho pedagógico que trabalhe com os conflitos e as contradições, estimular à participação de todos no projeto comum e coletivo, solucionar os problemas no decorrer do trabalho educativo e finalmente ter bem claro o compromisso com a formação do cidadão.

No parágrafo acima apresentamos algumas características sobre a concepção do Projeto Político Pedagógico e agora detalharemos alguns itens sobre a sua execução como: deverá nascer da própria realidade, isto é evidenciando os problemas e por consequência a solução dos mesmos, o seu desenvolvimento e a avaliação, a ação articulada de todos os envolvidos com a realidade da escola e deverá ser construído e avaliado continuamente.

O Projeto Pedagógico de uma escola tem especificidade organizadora do trabalho pedagógico, tanto em relação à organização dentro de sala de aula, como em caráter geral, envolvendo toda a escola. E ambos os trabalhos devem estar relacionados ao contexto social, à organização da sociedade, apoiando-se em uma visão de totalidade, já que a sociedade exerce influência sobre a escola e por ela pode ser influenciada.

Sendo assim, o Projeto Político Pedagógico objetiva contemplar e clarificar as ações da escola em sua globalidade. Porque, nesse sentido ela é vista como uma instituição social inserida na sociedade capitalista, que reflete no seu interior as determinações e contradições dessa sociedade.

Sob estas condições, toda a discussão sobre o Projeto Político Pedagógico obriga a observação reflexiva sobre a educação e sua relação com a sociedade e a escola, o que não dispensa uma reflexão sobre o homem a ser formado, a cidadania e a consciência crítica.

Desta forma, a definição de objetivos é fundamental no processo de construção do projeto. É necessário planejar o que se tem a fazer, aonde se quer chegar o que se deseja mudar, com base é claro, no que a escola já possui buscando um futuro diferente

do presente, Assim coloca GADOTTI, citado por VEIGA (1995, p.12).

Todo projeto supõem rupturas com o presente e promessas para o futuro. Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se atravessar um período de instabilidade e buscar uma nova estabilidade em função da promessa que cada projeto contém de estado melhor do que o presente. Um projeto educativo pode ser tomado com promessas frente a determinadas rupturas. As promessas tornam visíveis os campos de ação possível, comprometendo seus atores e autores.

Percebe-se aí que o Projeto Político Pedagógico vai além de simples planos de ensino e atividades diversas. Ele não deve ser construído e depois arquivado como apenas prova de um cumprimento de tarefa burocrática. Deve ser construído, vivenciado, avaliado e reconstruído por todos os envolvidos no processo educativo da escola, em todos os momentos, ou seja, de modo ininterrupto.

Não significa dizer que deve mudar tudo, esquecer o que já havia sido construído. Mas, considerar o que já foi feito e propor modificações para melhorar e encontrar meios para superar os problemas já instaurados e introduzir inovações.

2.2 CONDIÇÕES NECESSÁRIAS À CONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Discute-se aqui sobre duas das condições necessárias para construção do Projeto Político Pedagógico: tratar-se-á primeiramente sobre a participação de envolvidos no processo de construção, especialmente professores, e em um segundo momento sobre a questão da autonomia da escola.

2.2.1 A Participação dos Envolvidos no Processo de Construção

A participação de todos na construção do projeto é difícil e essencial, sendo que a mobilização de professores e os demais envolvidos será um passo necessário, pois, o projeto não pode ter um único autor, ou ser elaborado por poucos elementos da escola ou ainda ser caracterizado como obrigação legal. De acordo com o que já foi abordado sobre o Projeto Pedagógico, sua elaboração deve acontecer segundo a participação comum de toda a comunidade escolar.

Seu processo de construção aglutinará crenças, convicções, conhecimentos da comunidade escolar e do contexto social e científico, constituindo-se em compromisso político e pedagógico coletivo. Ele precisa ser concebido com base nas diferenças existentes entre seus autores, profissionais esses envolvidos no desenvolvimento dos alunos, para produtividade e qualidade do processo de ensino ofertado, para que de modo reflexivo seja possível elaborar o Projeto Político Pedagógico e propor sua ação. Uma das razões de se fazer o projeto é pela própria necessidade de avaliar este processo educativo, de reconhecer a realidade da escola, buscar as causas dos problemas, as dificuldades já existentes e propor alternativas que renovem o sistema de ensino de forma qualitativa, rumo à melhoria do ensino.

O próprio Projeto Político Pedagógico deverá ser constantemente avaliado, para ser possível analisar as dimensões de sua ação e sua própria eficácia, enquanto organizador do trabalho pedagógico, além, do que, novas prioridades podem surgir, implicando a atualização da escola, a busca de novas fundamentações teóricas e novas práticas. “Acompanhar e avaliar o projeto político pedagógico é avaliar os resultados da própria organização do trabalho pedagógico” (VEIGA, 1995, p.32).

Depois de elaborado o Projeto Pedagógico, deverá ser feita sua apresentação do mesmo para a comunidade, pois, esta precisa conhecer o resultado daquilo que ajudou a construir. Inteirar-se das dimensões e intenções do trabalho oferecido pela escola.

Em relação ao discutido, DEMO (1996b, p.77), afirma que:

... é fundamental que a comunidade como um todo tome conhecimento que, sobretudo se expresse criticamente sobre a proposta, para, a partir daí, sentir-se protagonista histórico. Vale, então, sugerir reuniões direcionadas, seminários abrangentes, encontros pequenos e localizados, bem como distribuir material escrito, sobretudo caracterizar com precisão as metas mais importantes e as inovações mais marcantes. Não se apenas de "propaganda", mas especificamente de abrir à comunidade a melhor informação possível sobre a matéria, motivando sua reação democrática e crítica".

Concluindo o que foi exposto, o Projeto Político Pedagógico representa para a escola, a proposta para o ensino coerente, fundamentado e de qualidade. Mas, não vale entendê-lo como um compromisso burocrático e encomendar sua fabricação, não vale ter o projeto nas mãos e não fazer parte dele, não incorporá-lo e vivenciá-lo, não assumi-lo como ferramenta que traduz a ação educativa, pois, ele representa o compromisso com a causa da educação, com o desafio de ensinar.

3 PROJETO PEDAGÓGICO: CONCEPÇÕES NO CONTEXTO ESCOLAR

A ciência que outrora acreditou ter um conhecimento certo, verdadeiro e completo, convive hoje com a ideia e os fatos de incerteza, probabilidade de estar em constante modificação, revisando e reavaliando seus resultados.

Sendo assim, a ciência moderna tomou consciência de que todas as teorias científicas são aproximações da verdadeira natureza da realidade, e novas teorias tem que ser encontradas para substituir a antiga, ou melhor, dizendo, para ampliá-la, aperfeiçoando a abordagem. As teorias sofrem constantes modificações proporcionando uma fonte de novas ideias para novos rumos.

A revolução tecnológica atingiu o povo em geral e a reestruturação não foi só do povo, mas de todo o universo. O mundo eletrônico e a comunicação encurtam distâncias, com informações e novos conhecimentos reproduzidos em tal velocidade, causando um verdadeiro bombardeio ao homem para absorver todas

essas informações, gerando desafios, angustias, stress, competitividade, isolamento, destruição, manipulação, clonagem e risco de destruição em espécie, tudo isso vindo de um paradigma que permitiu a separação, divisão, fragmentação, num progresso ilimitado a ser obtido pelo crescimento econômico e tecnológico levando a sociedade a uma desigualdade e desrespeitando o ser humano.

Todos os setores e todas as profissões do mundo inteiro passam por esses períodos de grandes transformações. Vivenciamos globalmente um novo momento: a mudança do paradigma.

Um novo perfil de sociedade e de profissionais está se delineando como consequência desse impacto da tecnologia, da informação que atinge a todos nós. Isso acontece em tal velocidade, que nos deixa perplexos e ao mesmo tempo nos obriga a rever nossos valores e a nos reposicionarmos como pessoas, como profissionais e como cidadãos do mundo. Sabemos que se não entrarmos na era do conhecimento e da digitalidade perderemos o compasso do mundo moderno. Mas como vamos educar nossos jovens para que se constituam indivíduos competentes? Que conteúdo e que metodologias darão conta desta tarefa? Sabemos que há um descompasso entre o conteúdo ensinado e o conteúdo aprendido. Que a forma como ensinamos privilegia a memorização, sem dar a ela um sentido real. A escola não dá conta de um conhecimento que esteja em permanente sintonia com as constantes transformações tecnológicas.

E, como desenvolveremos as competências e habilidades em nossos alunos?

Será que devemos seguir os quatro pilares da educação como meios de “ajuda” em nossa prática educacional?

Estas são as grandes tarefas de todos nós educadores. Precisamos desenvolver em cada um de nós estas qualidades, olhando nossa prática educacional, revendo os conteúdos, as estratégias, a organização da sala de aula, da escola, os temas abordados e os recursos didáticos adotados. Enfim, é indispensável refletir e decidir como vamos diminuir a distância entre o conteúdo que ensinamos com as exigências da vida moderna.

A proposta pedagógica ou projeto político pedagógico é tudo isso: a escola em busca do saber, adequando-se às condições reais dos alunos. Transformando o

conhecimento em competências e formando o verdadeiro cidadão.

Como se pode observar, umas séries de mudanças históricas e sociais estão delineadas na exposição a partir de projeto pedagógico, as quais deverão estar em consonância com as suas características, assim, devemos enaltecer o sentido de projeto, que em latim quer dizer “lançar para adiante”. É disso que se fala quando afirmamos que a escola deve elaborar o seu projeto para que cumpra a finalidade de educar os jovens, preparando-os para a vida.

O projeto é um conjunto de definições doutrinárias e de estratégias de ação. Às vezes, confunde-se projeto com plano de trabalho ou roteiro, algo que detalha passo a passo o que será feito. O projeto é um mapa de navegação. Permite seguir viagem, mas, por mais que fixe a rota, não prevê todos os acidentes do percurso. Ele deve ser flexível o suficiente para permitir correções. E como sua função é de projetar na escola para diante, ele nunca está pronto. É um processo em permanente construção.

Já esclarecido o sentido de projeto, devemos também clarificar o sentido composto de projeto político pedagógico, o qual está exposto nos parágrafos seguintes.

Para VEIGA (2000, p. 08);

O Projeto Político Pedagógico é um conjunto de diretrizes políticas administrativas e técnicas que norteiam a prática pedagógica da comunidade escolar como um todo. É um instrumento que ajuda as pessoas envolvidas a criarem as condições e colocarem em prática aquilo que é específico da escola, isto é, o processo de ensino aprendizagem.

Sendo uma ação intencional, é no Projeto Pedagógico que a comunidade escolar planeja o que se deseja realizar, com base na sua realidade, buscando o que é possível fazer, aonde se quer chegar, estabelecer metas e principalmente as mudanças que deseja fazer. Ele tem que ser resultado de um esforço coletivo da comunidade que o executará – professores, alunos, funcionários, equipe técnico-pedagógica e os pais dos alunos.

Já para LUCK (1999, p.17) “é um instrumento teórico-metodológico de planejamento global que as instituições de ensino deveriam desenvolver para ajudar a enfrentar e superar os desafios do cotidiano escolar”.

Deve ser desenvolvido de forma refletida, consciente, sistematizada, organizada, científica e, sobretudo, participativa, buscando dos significados mais claros e eficazes para as suas ações, enquanto agentes de uma educação que espera ser libertadora.

Não deverá ser simplesmente um retrato ou simplesmente um mero levantamento de dificuldades. Antes de tudo é um confronto entre a situação que vive e a situação, que se deseja viver (confronto de nossa realidade vivida com a realidade objetivada). É uma produção de sentido continuada.

Ao construir o projeto, a comunidade escolar estabelece uma direção para a ação pedagógica, assumindo um compromisso definido coletivamente, detectando as suas reais necessidades, os interesses e as pretensões de pais e alunos. É muito importante que toda a comunidade escolar esteja envolvida com a elaboração deste projeto, a fim de colaborar fornecendo informações sobre as próprias necessidades e dificuldades de seus integrantes, dando sugestões que possam servir para a melhoria da escola, e, por conseguinte para a superação de problemas.

O esforço coletivo implica na seleção dos valores a serem consolidados, a busca de pressupostos teóricos e metodológicos postulados por todos, a identificação das aspirações maiores das famílias em relação ao papel da escola na educação da população.

Assim, ter um Projeto Pedagógico significa estabelecer como prática um processo permanente de reflexão dos problemas da escola, e de busca de alternativas que possibilitem a concretização das intenções firmadas pela comunidade escolar.

Ao se construir uma proposta pedagógica é fundamental a revisão de alguns paradigmas que, tradicionalmente têm, norteado a educação brasileira. Em primeiro lugar, é preciso compreender a educação como um processo de formação do ser humano, em todas as suas múltiplas dimensões: conhecimento, afetividade, sexualidade, cidadania e ética, como explicitam DEMO (1996b, p.54), primeira expectativa do projeto pedagógico é, na verdade, de restaurar uma competência de outro professor, que é saber construir conhecimento próprio tendo em vista fundamentar a cidadania mais competente em si mesmo e no aluno. A escola tradicional, estruturada fundamentalmente na concepção de que educar é apenas

ensinar, restringe o processo formador que vai estar presente em todas as ações educacionais, como explicita DEMO (1996, p. 52) “do ponto de vista em educação, prevalece necessariamente a definição de competência como processo de formação do sujeito histórico capaz de inovar, mas, sobretudo de humanizar a inovação”.

O processo de ensino aprendizagem tem uma importância para a educação, mas pode ter exclusivamente, sob pena de estabelecer uma visão reducionista da escola. As mudanças que se operam no planeta, exigem da escola que redimensione as suas funções e assuma os compromissos com o seu tempo, enquanto agente de formação dos seres humanos para a transformação da sociedade.

Esta concepção deve nortear todos os níveis e modalidades de ensino, bem como as ações de todos os setores da instituição escolar.

Atualmente no contexto educacional manifestam algumas crises de paradigmas surgindo a necessidade de inovar as práticas educativas, com o intuito de superar a fragmentação que caracteriza o currículo escolar e o ensino fundamentado na memorização e na cópia, em muitos casos, ainda prevalece, tomando a frente do “verdadeiro” conhecimento e do processo de ensino aprendizagem, assim se refere DEMO (1999, p.13-14):

Decisivo torna-se o reconhecimento de que manejo e produção de conhecimento é primordial da cidadania e da economia, levando a rever, radicalmente, a proposta educacional vigente, por ser esta absurdamente arcaica, inclusive na universidade. Como regra, pratica-se a didática marcada pelo mero ensino e pela mera aprendizagem. De um lado, aparece um pretense sujeito, chamado professor, que apenas ensina, no sentido surrado de copiador de cópias, já que definido como ministrador de aulas, sem qualquer compromisso construtivo. De onde, aparece um típico objeto de aprendizagem, o aluno cuja função é ser a cópia da cópia.

Não cabe aqui explicar ações práticas, mas alguns pressupostos teóricos que podem ser destacados para a construção do Projeto Pedagógico: a necessidade de entender as diferenças individuais dos alunos.

O Projeto Pedagógico precisa ser concebido com base nas diferenças existentes entre os autores, sejam eles professores, equipe técnico-pedagógica, pais, alunos e representantes da comunidade local. Com ênfase na

interdisciplinaridade, e na avaliação enquanto processo contínuo, também é um processo permanente de reflexão e discussão dos problemas da escola, na busca de alternativas viáveis à efetivação de sua intencionalidade, é também sistemático, qualitativo e com progressão continuada.

Não existem receitas prontas, é pelo esforço conjunto de todos os integrantes que fazem a vida escolar que será possível a construção do Projeto Pedagógico. Enquanto a escola continuar agente de exclusão, mesmo que involuntariamente não se pode falar em democracia na educação.

Segundo a LDB 9.394/96 a escola deve ser incumbida de elaborar o projeto, mas deve respeitar as normas comuns de sua finalidade social. Ainda em seu Art. 12, a referida Lei, utiliza a expressão “proposta pedagógica” sem definir claramente do que se trata, pois não menciona a noção de projeto. Alguns educadores, entre os quais GANDIN (1999, p.13), entendem esta expressão como sendo o “projeto político pedagógico” ou ainda simplesmente “projeto pedagógico”. Mencionado ainda neste artigo, no Inciso I, a Lei propicia a descentralização e remete para os estabelecimentos escolares a elaboração e a execução das propostas pedagógicas. Isto significa que o Projeto Pedagógico é uma espécie de “marca registrada” da escola e sua identidade.

Os termos Projeto Pedagógico e Projeto Político Pedagógico contêm o político quando são dois termos usados para designar o mesmo sentido de projetar, de lançar, de orientar, de dar direção a uma ideia, a um processo pedagógico intencional que alicerçam as reflexões e as ações do presente. O Projeto Pedagógico tem a dupla dimensão de ser orientador e condutor do presente e do futuro.

O Projeto Político Pedagógico é mais amplo e não poder ser confundido com a proposta pedagógica, pois esta constitui apenas um processo democrático de decisões.

Pelos estudos e pesquisas podemos analisar a variedade de situações das escolas públicas e privadas brasileiras, levando em conta a diversidade de contextos, podendo uma escola ter várias propostas pedagógicas (uma para o diurno, outra para o noturno e ainda uma para cada disciplina), as quais se complementarão em um único projeto pedagógico que define os princípios

educativos da instituição e possibilita a unidade de pressupostos.

O plano escolar também denominado plano de ação é uma apresentação sistemática e justificada do que a escola pretende realizar e deve ser traduzido num documento que registre o que a escola pensa em fazer, como fazer, quando fazer, com o que e com quem irá fazer. Para que a escola tenha um plano de curto prazo é preciso que ela defina suas finalidades e objetivos, estabelecendo um horizonte de trabalho. A escola planeja para evitar os imprevistos e as ausências de perspectivas. O seu referencial, no entanto é o Projeto Pedagógico.

Nos últimos anos o currículo tem sido entendido de forma ampla, com a expressão " proposta ou projeto curricular" com o significado de guia de orientação da escola. Atualmente o conceito de currículo envolve tanto os planos e propostas pedagógicas quanto efetivamente o que acontece nas salas de aula (plano de curso, de áreas e de disciplinas) ou ainda o currículo oculto (o não dito, aquilo que tanto alunos quanto professores trazem de suas próprias vivências para dentro da sala de aula).

Entendemos o Projeto Pedagógico como mais amplo do que a proposta pedagógica, o projeto deveria contemplar a diversidade e a riqueza das contribuições dos vários segmentos da escola.

Pensar em proposta pedagógica da escola significa reportar-se ao Projeto Político Pedagógico que a inspirou, o que certamente implica em considerar: a organização do trabalho pedagógico, seu planejamento e os planos de aula que estão em andamento.

Não podemos negar que seguimos esquemas ou planos de trabalho com vistas atingir os objetivos propostos, estando registrados em documentos elaborados sistematicamente. A ação intencional, consciente, comprometida, tem como pressupostos o planejamento do coletivo organizado da instituição escolar.

Contudo, cumpre reconhecer que a proposta pedagógica caracteriza-se como um processo em permanente construção pelo coletivo da escola, que assume com sua responsabilidade, ultrapassando os limites de uma determinada gestão.

Segundo PORTELA (1998, p.85), a proposta pedagógica pode ser concebida como a própria escola em movimento, que constrói, no dia a dia, seu trabalho educativo, discute seus problemas, suas possibilidades de solução, e define de forma participativa, as responsabilidades pessoais e coletivas a serem assumidas para a consecução dos objetivos estabelecidos.

Ao elaborarmos a proposta pedagógica, levamos em conta à visão de planejamento educacional que estará norteando as suas atividades, a definição de concepção de currículo que estará seguindo para concretizar a proposta, evitamos deixar de fora, de uma maneira sistemática, tudo que seja social, político e cultural, por ser considerado problemático. Desta forma, a construção do Projeto Pedagógico pressupõe momentos de reflexão coletiva:

- Definimos e tentamos compreender os princípios e conceitos do novo paradigma, da LDB, dos PCN's, das Diretrizes Curriculares Nacionais, Resolução n 02/98 do CNER e Parecer 04/98 do Conselho Estadual de Educação e as emanadas pela Mantenedora da Instituição Escolar;
- Analisamos e refletimos sobre a própria prática pedagógica, para obtermos um parâmetro de como está essa prática para saber o que precisa ser mudado e
- Planejamos as ações e avaliamos constantemente.

Se por um lado, o Projeto Pedagógico deve manter uma unidade em relação aos objetivos nacionais da educação, por outro, tem que respeitar as especificidades de cada unidade escolar, bem como as diversidades culturais da comunidade que a compõem. Não se pode tratar tudo e todos da mesma forma. A luta, que o Projeto Pedagógico tem que refletir são por igualdade de direitos, oportunidades, acesso, condições, mas de respeito às diferenças.

O Projeto Pedagógico é um instrumento de resistência à fragmentação do trabalho pedagógico, a sua rotinização e ao controle hierárquico e autoritário vigente na maioria das escolas. Deve ser propositivo, isto é, deve apontar alternativas de reorganização do trabalho pedagógico da escola, que rompa com as formas tradicionais, onde a finalidade se perde na burocracia administrativa.

Na construção do Projeto Pedagógico devemos levar em conta alguns princípios norteadores, estes listados por Ilma Passos Veiga (1995, p.22):

- a) Igualdade de condições para acesso e permanência na escola;
- b) Qualidade técnica e política para todos;
- c) Gestão democrática, visando à socialização do poder na escola;
- d) Liberdade e autonomia para criar suas próprias regras e co-responsabilidades;
- e) Valorização do magistério entendido como a formação, as condições de trabalho e a remuneração.

Diante do exposto, referimos-nos a construção do aprendizado dos alunos que serão apresentados sob a forma de aptidões importantes que evidenciem sua capacitação e como lidar eficazmente com as situações com as quais se defrontarão futuramente. Tal diretriz substituirá a prática tradicional de apresentar as aprendizagens sob a forma de assuntos, informações ou conteúdos, por outra consistente com essa diretriz, que delimitam com maior clareza, precisão e fidedignidade o que o aluno precisa aprender e que configurará sua capacidade de atuação social no meio em que vive.

Esses pressupostos mencionados traduzem uma concepção de Projeto Pedagógico da escola, que resume algumas premissas didáticas: aprender a aprender. A escola deve ser considerada como um local de investigação, o aluno como sujeito das relações, a sala de aula como voz, a construção do conhecimento e habilidades de pensamentos contextualizados pelos determinantes históricos, entre outros.

A mesma autora, na seqüência de seu trabalho, destaca sete elementos básicos para a construção do Projeto Político Pedagógico:

- 1) FINALIDADE DA ESCOLA: refere-se aos efeitos intencionalmente pretendidos e almejados.
- 2) ESTRUTURA ORGANIZACIONAL: significam questionar suas características, pólos de poder, seus conflitos. E, mais: significa questionar os pressupostos que embasam a estrutura burocrática da escola que inviabiliza a formação de cidadãos aptos ou modificar a realidade social.

- 3) **CURRÍCULO:** Refere-se à organização do conhecimento escolar – que é dinâmico - então uma mera simplificação do conhecimento científico. A análise e a compreensão do processo de produção do conhecimento escolar ampliam a compreensão sobre as questões curriculares.
- 4) **O TEMPO ESCOLAR:** é um elemento fundamental na organização do trabalho pedagógico. Ele é ordenado pelo calendário e pelo horário escolar, determinando também a grade curricular. O tempo escolar é marcado pela fragmentação do dia letivo e, conseqüentemente, do próprio conhecimento. Além do tempo que é desperdiçado no controle hierárquico e na burocracia. É preciso tempo para acompanhar e avaliar o Projeto Político Pedagógico em ação. É preciso tempo para os estudantes se organizarem e criarem seus espaços para além da sala de aula.
- 5) **O PROCESSO DE DECISÃO:** deve ser descentralizado e o poder, distribuído. Para isso é necessário que se instalem e fortaleçam canais de participação política de todos os envolvidos no processo educativo da escola – Conselho escolar, grêmio Estudantil, coletivos permanentemente de avaliação dos serviços escolares, etc.
- 6) **AS RELAÇÕES DE TRABALHO:** deverá estar calçadas nas atitudes de solidariedade e de participação coletiva, em contraposição a organização imposta pelos princípios da divisão do trabalho, da fragmentação e do controle hierárquico.
- 7) **A AVALIAÇÃO:** a avaliação do Projeto Político Pedagógico, numa visão crítica, parte da necessidade de se conhecer a realidade escolar, busca explicar e compreender criticamente as causas da existência de problemas, bem como suas relações, suas mudanças e se esforça para propor ações alternativas, pela criação coletiva.

Do exposto, fica claro que o Projeto Político Pedagógico não visa simplesmente um rearranjo formal da escola, mas uma qualidade em todo o processo vivido. É preciso entender o projeto da escola como uma reflexão do seu cotidiano, sendo indispensável para ampliar as possibilidades e apressar as mudanças que se fazem necessária dentro e fora dos muros da escola.

4 ESTRUTURA DO PROJETO PEDAGÓGICO

Buscando sistematizar importantes reflexões implicadas na elaboração do Projeto pedagógico, apresentamos neste texto as determinações legais (LDB 9.394/96), que especifica os aspectos que o projeto pedagógico deve contemplar, como as considerações das próprias questões pedagógicas que caracterizam o projeto.

O Projeto Político Pedagógico é uma ação intencional com base na realidade da escola. Assim sendo, inicialmente faz-se necessário conhecer e refletir sobre essa realidade, respondendo a questões básicas:

- Quem é nosso aluno?
- Como é a comunidade à qual ele pertence?
- Quais as características do corpo docente da escola?
- Qual a razão dessa escola existir dentro da comunidade?
- O que a comunidade espera da escola?
- O que há nessa comunidade que é original?
- O que há em torno da escola que pode nela entrar, proporcionando aos educandos uma aprendizagem sintonizada com a vida?
- Quais os problemas da escola?
- Como está a aprendizagem dos alunos?

Feita estas reflexões, o grupo terá condições de pensar sobre seus objetivos, suas intenções: que alunos queremos educar para atuar nessa comunidade? Quais os conteúdos fundamentais? O que os alunos precisarão aprender?

Toda a comunidade escolar se envolverá e se comprometerá com estas intenções, elaborando um planejamento participativo, com metas claras, como base nos diagnósticos da realidade.

Concretizar o que foi planejado é o passo seguinte. Para tal, a definição de estratégias de trabalho e a busca de parcerias possibilitam pensar a ação

pedagógica em função das intenções existentes.

Mas, não podemos deixar de utilizar alguns subsídios necessários para a elaboração do projeto, os quais estão expressos na LDB 9.394/96 e transcritos resumidamente nos parágrafos seguintes:

– Identificação da Instituição de ensino – evidenciando as suas finalidades e objetivos, como estabelece o Art. 2 da LDB² “a educação, dever da família e do estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o desenvolvimentismo do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualidade para o trabalho”. O Art. 3³ da LDB estabelece os princípios da liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; o pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas; a gestão democrática do ensino público, a valorização de experiência extra-escolar e a vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais, complementando o artigo anterior.

As finalidades e os objetivos da educação nacional são firmados nos artigos 2, 3 e 22 da LDB⁴, os quais falam da identificação das instituições de ensino.

2 Artigo 2 - A educação, dever da família e do estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

3 Artigo 3 - O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:
 I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
 II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
 III – pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;
 IV – respeito à liberdade e apreço à tolerância;
 V – coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
 VI – gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
 VII – valorização do profissional da educação escolar;
 VIII – gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da Legislação dos sistemas de ensino;
 IX – garantia de padrão de qualidade;
 X – valorização da experiência extra-escolar;
 XI – vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

4 Artigo 22 – A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.

– Organização curricular - na LDB⁵ em seu Art. 26 expressa que os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum (Parâmetros Curriculares Nacionais), a ser contemplada em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por parte diversificada exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da sua clientela.

– Construção e implementação da proposta pedagógica - a escola tem uma autonomia relativa para propor o seu compromisso com a educação e com a população que a frequenta.

Os artigos 2, 22, 29, 35 e 39⁶, servem de base para este item. O artigo 12 estabelece que todos os estabelecimentos de ensino possam elaborar e executar sua proposta pedagógica, administrar o seu pessoal e seus materiais e finanças deverão velar pelo plano de trabalho de cada docente e articular-se com a comunidade e

5 Artigo 26 - os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base comum nacional, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por parte diversificada exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.

1 – os Currículos a que se refere o capítulo devem abranger, obrigatoriamente, o estudo da língua portuguesa e da matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente do Brasil.

2 – O ensino da arte constituirá componente curricular obrigatório, nos diversos níveis da educação básica de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos.

3 – A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular da educação básica ajustando-se às faixas etárias e às condições da população escolar, sendo facultativa nos cursos noturnos.

4 – O ensino de História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e européia.

5 – Na parte diversificada do currículo será incluído, obrigatoriamente, a partir da quinta série, o ensino de pelo menos uma língua estrangeira moderna, cuja escolha ficará a cargo da comunidade escolar, dentro das possibilidades da instituição.

6 Os artigos 2 e 22 foram citados anteriormente.

Artigo 29 - A educação infantil, primeira etapa da educação básica tem por finalidade o desenvolvimento integral da criança até os seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Artigo 35 – O ensino médio, etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos, terá por finalidade:

I – a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;

II – a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;

III – o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;

IV – a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.

famílias, criando processos de integração da sociedade com a escola (através de projetos de extensão).

Esta proposta pedagógica contém ações que serão desenvolvidas pela escola para o treinamento e atualização dos profissionais, de acordo com as necessidades decorrentes do atendimento à proposta pedagógica.

Os artigos 3 e 4 da LDB tratam das instalações físicas, estas fundamentais para a implantação da proposta pedagógica, pois o ambiente escolar deve atender às necessidades de seus educandos, como também, de todos que se fazem presentes nesse meio.

A proposta pedagógica está integrada pelo regimento escolar como o contido nos artigos 12, 13, 22⁷, da LDB, que tratam deste item. No seu Art. 13, inciso I, a LDB traz que “os docentes incumbir-se-ão de participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino”. A Lei não dispensa a participação do professor nesta elaboração, mas esta participação não deve concorrer na obrigatoriedade, sendo esta pelo compromisso que cada professor deve ter com a educação.

O Projeto Pedagógico é uma construção coletiva, processual e, como tal necessita de constante avaliação, reordenamento, adaptando-se às transformações da coletividade. Esta avaliação será feita pelo grupo que o concebeu, pela comunidade

7 Artigo 12 - O estabelecimento de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino terá a incumbência de:

- I – elaborar e executar sua proposta pedagógica;
- II – administrar seu pessoal e seus recursos materiais e financeiros;
- III – assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidos;
- IV – velar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente;
- V – prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento;
- VI – articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola;
- VII – informar os pais e responsáveis sobre a freqüência e o rendimento dos alunos, bem como sobre a execução de sua proposta.

Artigo 13 – os docentes incumbir-se-ão de:

- I – participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- II – elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- III – zelar pela aprendizagem dos alunos;
- IV – estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;
- V – ministrar os dias letivos-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;
- VI – colaborar com as atividades de articulação da escola com a família e a comunidade.

escolar que executa, possibilita constante revisão, tornando-o sempre atual e coerente com a realidade da escola.

4.1 ESCOLA: A BUSCA DA IDENTIDADE ENQUANTO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Como já explicitado em parágrafos anteriores, as grandes transformações pelas quais vem passando a sociedade nesta mudança de século têm se refletido com intensidade na vida das pessoas, desafiando as organizações e as instituições para a necessidade de mudanças radicais em seus propósitos, em suas políticas, em suas estruturas e em seus procedimentos.

Na verdade, estamos vivendo a pós-modernidade, marcada pela incerteza e pela provisoriedade, na qual a mudança na concepção do conhecimento traz como conseqüências novos significados na economia, na produção e nas inúmeras outras áreas que compõem o social. Todos esses fatos concorrem para a mudança dos quadros de referência em que as pessoas e a sociedade em geral estavam apoiadas. A própria ciência, que sempre trabalhou com certezas e definições, tem de enfrentar agora a difícil realidade: a relatividade do conhecimento e o seu caráter provisório e contestável.

Certamente, respostas prontas não existem para desencadear um processo de mudanças nos termos em que ela deve ser concebida. Mesmo porque a mudança somente ocorre como produto das consciências que foram despertadas e da vontade das pessoas em encontrar melhores caminhos para o que estão realizando, sabendo ainda que esse envolvimento seja conflituoso e repleto de tensões. Além disso, não se efetivam mudanças sem que haja rupturas e elas terão de ser produzidas no contexto real em que se dá o processo. São produtos de uma realidade concreta e não de uma formulação abstrata da realidade; portanto, não existem manuais que mostrem como proceder.

Em todas as áreas, mas, sobretudo na educação, o caminho se faz ao andar. A grande descoberta é que não há exemplos prontos e fechados para seguir,

mas, um horizonte social que inclui um conjunto de princípios que servem de rumo em cada realidade e uma proposta metodológica que torne possível a aproximação desse horizonte.

Conforme a Deliberação 014/99, do Conselho Estadual de Educação do Paraná, ainda é desconhecido para grande parte dos profissionais que trabalham na escola, o centro do processo escolar é sempre a proposta pedagógica, e isso se apresenta claro e definido nos seguintes sentidos:

a) Sentido Sociológico: não há processo educativo que se efetive sem um projeto social condutor (um futuro desejável para a sociedade); mesmo quando não há clareza disto, mesmo quando o neguem, estarão educando ou ajudando a educar dentro de uma concepção de homem e sociedade.

b) No Sentido Filosófico: é o dever ser que precisa ser indicado: todo e qualquer esforço educacional deve propor um futuro humano explícito, a fim de que a proposta oriente todo o trabalho a ser realizado.

É importante ressaltar que os valores, os rumos e as normas devem ser construídos em conjunto e que esforço novo não tem sentido em si mesmo, mas somente quando dirigido à consecução de algo importante.

Ao pretender-se que a proposta pedagógica norteie ação educativa escolar é bom ter claro que ela explica os fundamentos teórico-metodológicos, os objetivos, o tipo de organização e dos modos de implementação e avaliação da escola. “As modificações requeridas são produtos de um processo permanente de discussão, deve atender para a questão da qualidade de ensino nas suas dimensões técnicas e políticas” (DELIBERAÇÃO 014//99, DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO).

Todo Projeto Pedagógico, porém é político por definição, uma vez que sua finalidade é formar cidadãos. Outro aspecto político é a autonomia que nasce com o projeto escolar e não pode ser confundida com soberania.

Deve-se ainda lembrar que a proposta pedagógica só será eficaz se for fruto de uma reflexão coletiva, se houver compreensão do significado das mudanças propostas

na reforma educacional e se houver a adesão coletiva da equipe escolar às mudanças e ao plano de trabalho da escola.

Quando tentamos buscar a identidade da escola afirmamos a nossa identidade de educadores em uma sociedade que trata a educação como um “gasto necessário”, como explica MARQUES (1990, p. 17-18) em depoimento à Revista Contexto e Educação, “à educação como ação proposital, fenômeno complexo, vivo, histórico e conjuntural: não pode reduzir-se a campo passivo das incisões atomizadoras, terra de todos, porque de ninguém”.

Através deste exposto podemos afirmar que a educação é uma práxis a ser assumida coincidentemente pelos educadores inseridos na construção de propostas alternativas que resgatem a identidade perdida da escola, em um momento que não aceitamos que as regras venham de cima e pré-estabelecidas, mas desejamos construir estas regras, fazer com que elas sejam nossas aspirações e expectativas, propiciando um espaço para a construção e não mais o de reprodução.

Neste sentido, nós educadores, lançamo-nos na construção de um projeto crítico e emancipado, sendo este processo construído coletivamente tendo a perspectiva de atingir a sociedade e a educação.

Acreditamos que para enfrentarmos este desafio, da relação entre a administração democrática, prática pedagógica e a participação da comunidade escolar, necessitam recuperar a identidade da escola, fazer com que seja um conjunto de ações coerentes, que parta do referencial alicerçado no trabalho em conjunto. É importantíssima a definição do tipo de sociedade que estão inseridos os professores, os alunos e a comunidade escolar.

Mesmo assim, um Projeto Pedagógico, corretamente construído, não vai garantir que a escola se transforme em uma instituição melhor: é certo, porém, que vai possibilitar aos seus integrantes domínio sobre o seu caminhar, consciência de seus limites, melhor aproveitamento das oportunidades, coragem para assumir riscos e confiança no equacionamento das dificuldades encontradas.

Se contêm tantas virtudes, porque a construção do Projeto Pedagógico da escola ainda se constitui num desafio? Desafio porque requer a superação de dogmatismos e individualismos ainda presentes nas práticas escolares, porque exige uma nova definição paradigmática. Requer o abandono da concepção de

educação bancária. Eis alguns motivos pelos quais, na escola, essa idéia (ou, pelo menos essa prática) de Projeto Pedagógico chega tão tardiamente.

É não apenas possível, mas necessário, no âmbito do Projeto Pedagógico, incorporar essas resistências e esses desafios como partes integrantes da realidade a ser transformada. Daí a importância de não se copiar modelos prontos e externos, porque são as contradições inerentes ao processo que o justificam e lhe conferem autenticidade.

4.2 IMPLICAÇÕES DO PROJETO PEDAGÓGICO

Acreditando ser o Projeto Pedagógico - enquanto atividade essencialmente política e inovadora - uma estratégia capaz de efetivar a integração de diferentes pessoas em função de objetivos comuns, procuramos estudar a viabilidade de sua aplicação no trabalho escolar, tendo a certeza de conseguir, através dele, a força ideológica e prática capaz de diminuir os problemas atuais da escola.

Temos bem claro que não é uma tarefa fácil. Para que essa aplicação seja possível, algumas condições são essenciais e devem imbuir todos os elementos constitutivos desse tipo de trabalho: o processo ensino aprendizagem, a ação docente, a gestão da instituição e a comunidade.

4.2.1 Implicações do Projeto Pedagógico na Aprendizagem

A fim de constituir um fator essencial para a efetivação do projeto pedagógico, o processo ensino-aprendizagem precisa apresentar características definidas e específicas.

Não poderá restringir-se à pura transmissão dos conhecimentos, da herança cultural de um povo às novas gerações, para garantia da sua unidade e progresso técnico-científico-cultural ou à simples preocupação com a formação da personalidade integral do educando, inserida em seu contexto social, num processo de integração recíproca. Deve ser um processo gradativo, contínuo, centrado no aluno, capaz de respeitar a sua cultura e da comunidade em que vive.

Um processo iminentemente político, criativo, crítico, preocupado em transmitir conhecimentos integrados e inseridos a partir da realidade individual e social de cada educando e da comunidade em que vive.

Infelizmente, a escola tem-se transformado em...

...Instrumento de reprodução social (...). Legítima a discriminação e a rejeição na e pela escola das mesmas camadas discriminadas na estrutura sócio-econômica (...). Impõe a todas as classes sociais, sob o manto do saber desinteressado, da ciência neutra e da técnica a serviço da humanidade, a visão de mundo da classe dominante, seus valores, suas normas de conduta, sua linguagem (...). "Leva cada indivíduo a sentir-se o principal responsável pela posição que ocupa na estrutura social..." COELHO (1982, p.37).

A própria fragmentação do trabalho pedagógico é um fato iminentemente político, necessário à efetivação dos princípios da classe dominante. As decisões relativas ao trabalho escolar passam a ser tomadas não por seu responsável direto – o educador -, mas por pessoas que não lhe estão diretamente ligadas – os especialistas políticos da educação.

O resultado desse trabalho escolar tem sido:

- De um lado, a formação de uma personalidade submissa, apagada, alienada, forjada para aceitar sem se rebelar, todo e qualquer tipo de injustiça ou violência decorrente da sua pseudo-condição imutável de ser oprimido e submisso à classe dominante:
- De outro lado, a formação de uma elite privilegiada, dominante, mantenedora da divisão social, da estrutura de poder e dominação. Conseqüentemente, esta politicidade partidária do processo educativo também tem impedido que se efetive, na escola, um verdadeiro trabalho participativo.

Assim, a educação política transmite, sob uma forma explícita ou através de modelos de comportamento e de ideais, os fundamentos políticos da classe dominante. Esta procura fazer da escola um instrumento de suas finalidades, interesses e difusão

de suas idéias.

Embora a politicidade da educação seja um ponto de partida para a efetivação do Projeto Pedagógico, ela encerra dentro de si um grande perigo: a política de dominação das maiorias desprivilegiadas pela minoria privilegiada.

Pais, professores, funcionários, alunos, moradores do bairro deveriam ser consultados para as decisões a respeito de um processo que não pertence apenas à escola, mas que influencia a todos.

Enquanto práxis histórica e social, própria de homens concretos (educadores e educandos), situados num espaço e num tempo determinado, a educação é perpassada de ponta a ponta por processos bem mais amplos e abrangentes: processos culturais, econômicos, sociais e políticos. Sendo a escola uma instituição da sociedade civil, nela se manifestam todos os conflitos, os antagonismos que constituem a existência desta." COELHO (1982, p.36-37).

Não existe possibilidade real de separar o processo de ensino-aprendizagem do ambiente onde se insere a escola das pessoas nela envolvidas, direta ou indiretamente. O Projeto Pedagógico, portanto, deve possibilitar um processo ensino-aprendizagem não só político, mas a escola comunitariamente política, nascendo das necessidades da sua comunidade e clientela e convergindo seu produto para um mesmo fim.

O político e o comunitário constituem o próprio ser do ato educativo, enquanto ato do homem inserido em seu meio social, na luta constante e solidária pela sobrevivência e dignidade.

O processo ensino-aprendizagem deve transformar-se num instrumento a serviço da elaboração, discussão e concretização de uma nova ordem social. Impõem-se, conseqüentemente, um trabalho pedagógico questionador, crítico, descobridor, e desvendador da História e da Cultura.

O processo ensino-aprendizagem seria então, o instrumento que prepara o homem para reivindicar seu direito de opinar, discutir, criticar e alterar essa mesma ordem social, seu acesso à cultura e história do seu tempo. Buscaria transformar o homem em agente-educador e agente-educando do processo, impedido que se transforme no que os grupos minoritários pretendem que se transforme, para que possa manter a situação sócio-política e econômica existente, num trabalho alienante e sufocador.

Neste contexto a função essencial da escola será a de sistematizar a socialização do saber, uma vez que se torna indispensável para o exercício da cidadania.

4.2.2 Implicações do Projeto Pedagógico na Ação Docente

Tudo o que se propõem em um Projeto Pedagógico, requer o trabalho de um educador também político e inovador, integrado consciente e ativamente no social, onde a escola está inserida.

A figura do professor tem sido entendida de diferentes formas na história da educação brasileira.

Nos primórdios da descoberta de nossa terra, identificava-se com o jesuíta, preocupado em evangelizar e educar para as primeiras letras.

A imagem de educador autocrático - o que sabe e transmite conhecimentos - tem caracterizado a escola tradicional até os dias de hoje.

A partir das influências da Revolução Francesa e, especialmente, da postura pedagógica de Jean Jacques Rousseau, a tarefa do educador vem sofrendo transformações, passando a ser não mais o transmissor de conhecimentos e cultura, mas o orientador da aprendizagem efetivada de maneira ativa pelo aluno que aprende através da pesquisa e da descoberta.

Com a complexidade dos tempos modernos e, principalmente, com a instauração do capitalismo como doutrina econômica do século XX, a figura do educador sofreu grandes transformações. Em função disso, o papel do professor transformou-se, assumindo uma complexidade e uma especificidade cada vez maiores. Conseqüentemente, passou a ser alguém que expressa uma doutrina pedagógica que, implícita ou explicitamente, se baseia em uma filosofia devida, uma concepção do homem e da sociedade. As características de seu trabalho decorrerão de uma opção pessoal e consciente.

Enquanto pessoa absorvida da doutrina capitalista, de concentração do poder e do saber nas mãos de uma elite dominante, transmitirá aos alunos noções e

princípios que garantam a hegemonia da classe dominadora, multiplicará a quantidade de conhecimentos superficiais a serem ensinados aos educandos, fazendo-os crer que aprenderam o que é mais importante para a sua condição de inferiores e dominados. Agindo dessa maneira, afirma-se como reprodutor *da cultura e estrutura das classes dominantes*.

Como consequência, a ação docente assume também o papel de *mercenária da educação*, que trabalhará não para educar as gerações, mas, principalmente, para sobreviver no tumulto da luta de classes. Como se trata de uma atividade pouco valorizada e mal remunerada precisa multiplicar suas horas de trabalho e seus postos de serviço, sem ter condições de aperfeiçoar seus conhecimentos, preparar suas aulas e aprender novas técnicas de trabalho. Por isso, acomoda-se em apenas transferir as noções autorizadas, sem criticar, sem questionar a validade e a importância do que transmite.

Para a efetivação do Projeto Pedagógico participativo, é preciso vencer todas as dificuldades e falhas para transformar-se em agente de *inovações políticas*, tirarem o dominado da sua inércia para que possua lutar pela sua dignidade de ser humano. “Sua experiência deverá ser expressiva, criadora, compondo sua vida e o mundo como um artista compõem sua obra... *Um educador (...) é um fundador de mundos, mediador de esperanças, pastor de projetos...*” (ALVES, 1982, p.28).

Fica claro, então, que a proposta pedagógica em ação mobiliza simultaneamente dois processos: o da constituição de competências no aluno, ao mesmo tempo em que levam o professor a rever sua prática, a constituir e a desenvolver nele próprio as competências necessárias para que possa fazer a seleção das competências, dos conteúdos e a transposição didática do mesmo. Se não desenvolver em si mesmo estas competências o trabalho didático estará fatalmente comprometido. “*Ninguém ensina o que não concebe, o que não sabe fazer, ser e conviver*” (MELLO, 2000, p.13).

O professor precisa adquirir esta consciência de que deve continuamente estudar e construir sua auto formação para, através dessa postura, derrubar a crença nos modelos. Este só será factível se construídos a partir da ansiedade do professor em resolver os problemas que enfrenta no cotidiano escolar.

Por isto, escrever o Projeto Pedagógico é formador quando leva o grupo de

educadores da escola ao estudo e busca de novos conhecimentos, ou de teorias que ajudem a explicar as opções de fizeram/fazem/farão. E, fundamentalmente, um projeto de escola só será realmente inovador e transformador se não desconhecer a história e experiências de seus profissionais.

Trabalho difícil, mas contínuo, progressivo e permanente. O Projeto Pedagógico não foi um trabalho brusco, violento, pois não poderemos correr o risco de ser “engolido” pelo poder e destruído. Será um trabalho de base, a partir da realidade existente, procurando gradativamente e com persistência fazer nascer o homem crítico, criador do seu mundo e história.

Conseqüentemente, o docente será o veículo de democratização da estrutura do poder, não podendo ser apenas aquele que compreende e denuncia o autoritarismo, a opressão existente na escola e na sociedade de uma forma geral. Deverá ser o incentivador da organização coletiva, da criação e fortalecimento dos grupos de representação, dos sindicatos, das associações de bairros para conseguir o fortalecimento de toda a classe dominada da sociedade civil, construindo assim, um *verdadeiro trabalho participativo* na escola.

O grupo de educadores desta escola pesquisada possui esta maturidade para poder fazer suas opções pedagógicas, sabe lidar com o conceito de autonomia escolar e, principalmente, tem consciência de que nenhuma escolha profissional é neutra ou ingênua.

É necessário que o educador assuma seu trabalho como tarefa participativa, comum, a ser decidida, planejada, executada, controlada e avaliada por todos os indivíduos nela envolvidos. “Sua função é servir de mediador da educação, da aprendizagem de todos, seja na escola propriamente dita, seja no bairro, no sindicato, na fábrica, no partido, na comunidade de base...” (COELHO, 1982, p.49).

Será, pois, um *elemento criador de uma prática política*. Para isso, ele nunca poderá ser um indivíduo ausente de sua realidade. Primeiramente, deve conhecê-la para aceitá-la ou contestá-la. Em seguida, trabalhar sobre ela, fazer nascer dela as novas propostas criadoras. “...Deve ser sujeito politicamente comprometido não apenas com a educação, mas com toda a sociedade através da educação (...). “Existem, portanto, pesos e atos políticos em nosso trabalho pedagógico, assim com existem especificidades pedagógicas em nosso trabalho político...” (BRANDÃO,

1982, p.78).

Deverá ser essencialmente um indivíduo comprometido consigo mesmo, com a sua dignidade e com a dignidade do social com um todo. Também deverá ser um *inovador social*, o agente da dialética dos contrários, num processo científico e permanente. Ele é que deverá batalhar para que a escola abra seu espaço como agência de inovações.

Para provocar determinadas mudanças, precisa influenciar outras pessoas no seu todo educacional e fazer nascer nelas o desejo de mudar, sendo a ação necessária para mudança. Procurará devolver à escola a dignidade perdida no decorrer dos anos.

Para se efetivar o Projeto Pedagógico, o professor deve ser um indivíduo que goste da profissão que abraçou para não ter de fingir e violentar a própria natureza ou transformar-se em “marionete” da situação. Precisa ser um indivíduo que acredite no que faz, em seu poder criador e nos que com ele convivem no trabalho de educar gerações e, principalmente, no trabalho participativo e comunitário.

Para trabalhar em regime participativo, precisa ser um indivíduo objetivo, capaz de discernir na evolução dialética do social os pontos permanentes, atuando como elemento de dinamização das suas estruturas, através do seu ato inovador e criador. Será transmissor do processo de socialização de indivíduos para criação de uma sociedade racional harmoniosa, democrática, controlada, planejada, mantida e reestruturada pelos próprios indivíduos que a compõem. Para que isso se efetive, deve ser um indivíduo aberto para garantir a troca constante de informações com o ambiente amplo ou restrito, possibilitando aperfeiçoamento contínuo, constante e progressivo de todos os elementos envolvidos no processo de educar gerações.

4.2.3 Implicações do Projeto Pedagógico na Gestão da Instituição

O papel do diretor é fundamental na construção do Projeto Pedagógico.

Sua liderança pedagógica deve ser exercida no encaminhamento desse processo de construção.

Há então, um pressuposto – e ao mesmo tempo uma consequência – fundamental para a construção do projeto Pedagógico: a Gestão Democrática.

Na verdade, há uma relação dialética entre a construção do projeto Pedagógico e a conquista da gestão democrática na escola. O que a comunidade escolar não pode permitir é que as esferas superiores imponham formas de organização do trabalho pedagógico na escola, da mesma forma não pode se acomodar e esperar que estas formas caíssem como ordens “de cima para baixo”.

O processo de reflexão para elaboração da proposta pedagógica se constitui um espaço privilegiado de discussão e criação de consensos. É o papel da gestão democrática oferecer a todos os segmentos da escola a oportunidade de: falar, ouvir, dialogar, sonhar e planejar.

Nesse contexto a proposta pedagógica – gestão democrática – deverá harmonizar o tempo, os recursos, os espaços para atender a todos, isto é ser flexível, conviver na incerteza e se adaptar às mudanças. A escola deverá estar preparada para isso.

A escola democrática tem nos seus profissionais os grandes agentes da mudança no processo educacional e, por consequência, qualquer Projeto Pedagógico só será viabilizado com a valorização permanente de professores especialistas e servidores.

Considerando o já exposto, pode-se afirmar que ser administrada, supervisionada, inspecionada não é razão da existência da escola, mas sim ser o espaço-tempo da proposta pedagógica em que a criança e o jovem se relacionam entre si, com professores, idéias, valores, ciência, arte e cultura, livros e equipamentos, problemas e desafios, concretizando a missão da escola de criar as qualidades para que eles se desenvolvam, construam e reconstruam o saber escolar.

Referida a isso é que tem sentido a gestão escolar que, para viabilizar um Projeto Pedagógico globalizador e interdisciplinar, deve prever formas democráticas de organização e funcionamento da escola, incluindo as relações de trabalho no seu interior. Relações de trabalho que devolvam à escola seus principais agentes ou atores: alunos e professores, coadjuvantes diretos e permanentemente pelos pais, que representam e trazem consigo a realidade circundante, por fazerem parte dela.

Desta forma, conforme explicita EYNG, (2000, p.10):

A gestão democrática implica nas tarefas de reflexão crítica, coletiva e continuada, considerando o dinamismo do contexto formativo específico. Este contexto se constitui pelo contexto organizacional da instituição educativa, pelo contexto de atuação profissional, pelo contexto sócio-político-histórico-cultural da comunidade e pelo contexto internacional que condicionam o processo educativo.

O gestor está a serviço de todas as pessoas envolvidas nos aspectos específicos que lhes cabem na missão. Está, em especial, a serviço dos professores, dos estudantes e dos funcionários. Dos professores, para que canalizem para as atividades pedagógicas todo o potencial de talentos e habilidades pessoais e de recursos institucionais e que, acima de tudo, assumam um claro compromisso com o sucesso dos seus estudantes. Dos alunos, razão de ser da escola, para motivá-los a estudar muito e para envolvê-los e entusiasamá-los na fascinante aventura de aprender. Dos funcionários, para dar-lhes a consciência de que o seu bom serviço, além de indispensável, também é educativo. A tarefa do gestor escolar é, portanto, a de incentivar e coordenar os esforços, as iniciativas e as ações dos segmentos, dos grupos e dos indivíduos para que se consiga o que se pretende, possibilitando a mobilização do grupo neste processo.

O bom administrador, o gestor escolar, é aquele que consegue transformar as boas intenções institucionais em realizações? É aquele que transforma promessas em fatos, é aquele que consegue satisfazer as expectativas levantadas. Há, portanto, um elo indissociável entre a administração e qualidade, entre a administração e resultados.

O gestor responsável e competente assume um compromisso claro com o sucesso escolar dos professores e, sobretudo, dos estudantes. E tudo faz para que

esse êxito seja assegurado. Para isso, é necessário que se tenha na escola um ambiente e um clima de motivação e de alto astral, animando os desmotivados, incentivando as promoções estudantis, proporcionando as boas causas e iniciativas, reconhecendo as vitórias alcançadas.

Tendo em vista tais situações, a informação e a comunicação se transformam em estratégia fundamental de gestão, sendo necessário aos gestores compreender as demandas de informação e comunicação associadas à implantação e concretização do Projeto Pedagógico num processo de conscientização que se fará na busca de uma nova maneira de compreendê-lo e, conseqüentemente, introduzi-lo como elemento de reflexão, de organização e de participação da qualidade do processo educacional.

4.2.4 Implicações do Projeto Pedagógico na Comunidade

Não se pode entender a efetivação de um Projeto Pedagógico sem a participação da comunidade e de seus representantes num trabalho integrado os objetivos e fins comuns.

Conforme explicitado na Lei 9.394/96, artigo 14, inciso II, “participação das comunidades escolares e locais em conselhos escolares ou equivalentes”.

Importante é estimular na escola um processo de atitudes criativas e imaginativas para que, diante de um problema específico e determinado, a escola e comunidade procurem todas as possibilidades existentes para suscitar elementos geradores de outros e novos valores que beneficiem toda a comunidade escolar.

Para que isso se efetive, o trabalho não pode se restringir à integração de elementos mais ou menos marginalizados da população. Deve-se envolver toda a comunidade, num processo de integração global, onde se estabeleçam um diálogo real entre os vários elementos envolvidos no processo, criando condições para uma troca de informações contínua e recíproca, conduzindo a uma integração e participação de todos de uma maneira ou de outra, segundo as próprias necessidades e condições existentes na escola.

É necessário que se tenha bem claro que a efetivação do Projeto Pedagógico na escola não poderá estar nunca sujeito às regras ou atividades preestabelecidas.

Daí a necessidades de se conviver com a comunidade, vivenciar seus problemas mais urgentes, diagnosticar sua situação global para propor um plano de trabalho integrado, objetivo e o mais eficiente possível.

A escola deve estar intimamente relacionada com a sociedade e com a comunidade na qual se insere. Este relacionamento deve transcender a formalidade para se transformar em realidade.

Não existe Escola Democrática, se isolada do mundo que a cerca. O desafio da escola é construir coletivamente o Projeto Pedagógico consistente que garanta esta integração.

A responsabilidade de conceber, coordenar, realizar e avaliar o Projeto Pedagógico da escola é da comunidade escolar. O que não a desvincula - nem pode - do sistema escolar como um todo. Esta é uma relação necessária.

Nesta perspectiva, O projeto político pedagógico vai além de um simples agrupamento de planos de ensino e de atividades diversas. O projeto não é algo que é construído e em seguida arquivado ou encaminhado às autoridades educacionais como prova do cumprimento de tarefas burocráticas. "Ele é construído e vivenciado em todos os momentos, por todos os envolvidos com o processo educativo da escola" (VEIGA, 2000, p.12).

Ao iniciarmos a discussão sobre o Projeto Pedagógico, nos perguntamos: Que tipo de homem e de mulher queremos formar? Para que tipo de sociedade? Ou seja, o Projeto Pedagógico tem uma intencionalidade, um compromisso firmado coletivamente, um rumo, uma direção que aponte numa perspectiva transformadora ou conservadora.

Se a escola estiver descontente com a realidade que a cerca e quer transformá-la, deve então, dirigir a educação no sentido da formação de cidadãos participativos, críticos, criativos, conscientes das suas responsabilidades e dos seus direitos.

Somente assim, a escola se tornará um centro ativo na vida da comunidade,

que por sua vez, passará a confiar na ação educativa e no professor e a ver a escola como um local onde possa se conscientizar e discutir seus problemas, buscar apoio e oportunidades para sua solução. Da conscientização se passará às decisões conjuntas e ao despertar das lideranças necessárias para a efetivação do trabalho proposto, que também será acompanhado, avaliado e replanejado pela própria comunidade.

4.3 DESCRIÇÃO E ESTRUTURA DA PROPOSTA PEDAGÓGICA DA INSTITUIÇÃO

O Projeto Pedagógico da escola abrange não só os diversos aspectos do funcionamento interno da escola – currículo, planejamento, avaliação, organização e funcionamento da instituição - como os seus relacionamentos externos.

Na elaboração do Projeto Pedagógico a escola distinguiu as seguintes etapas:

- O marco referencial;
- O diagnóstico;
- A programação e
- A avaliação;

4.3.1 Marco Referencial

O marco referencial é a visão de futuro que a comunidade escolar definiu para a escola. Tem vital importância porque é esta visão que contagia as pessoas, fornece a direção e alimenta a participação de todos nas demais etapas do Projeto Pedagógico. Ao longo deste processo, foram construídos princípios, valores e aspirações que definem os objetivos e a identidade da escola.

4.3.2 Diagnóstico

Na etapa do diagnóstico, deveremos confrontar a realidade existente com o ideal traçado da escola desejada (marco referencial). O resultado dessa comparação deverá ser o mais claro possível, de modo que apontará as necessidades fundamentais da escola.

4.3.3 Programação

É a proposta de ação, para satisfazer as necessidades identificadas no diagnóstico, ou melhor, para diminuir a distância entre a realidade da escola desejada e a realidade existente. Esta etapa também é chamada de implementação ou de execução.

4.3.4 Avaliação

A última etapa do Projeto Pedagógico será a avaliação. Ela será realizada ao término da sua construção, para a verificação do que será alcançado, entender os desvios havidos entre a programação e o realizado e, desta forma, alimentará o diagnóstico do próximo Projeto Pedagógico. Deveremos realizar uma avaliação ao longo de sua implementação (no início, no meio e/ ou no final) para verificarmos se os objetivos estão sendo cumpridos ou para corrigir um ou outro aspecto que não foi bem equacionado no projeto.

5 METODOLOGIA

Na primeira parte do trabalho de pesquisa fizemos o reconhecimento de uma realidade educacional, fomos em busca de informações sobre uma instituição de ensino. Para isto, foi necessário utilizar-se da observação, no sentido de obter informações sobre o funcionamento e organização da escola, e manuseio de materiais: o histórico escolar, o currículo educacional e o regimento escolar.

Durante este trabalho, que visava à coleta de dados sobre a realidade de uma instituição de ensino, levantou-se uma problemática, uma questão que afligia a organização do trabalho pedagógico da escola, e tal questão que diz respeito à construção do Projeto Político Pedagógico da escola, acabou por tornar-se o objeto de estudo.

Para desvelar esta questão, procuramos o referencial teórico, visando reconhecer o objeto de estudo, um referencial que pudesse esclarecer o assunto e apresentar suas dimensões.

Então, para apresentar uma perspectiva sobre o assunto em questão, para que pudéssemos posicionar de modo crítico, através de um trabalho fundamentado teoricamente, buscou-se embasamento teórico em autores como: DEMO (1996 a, b) e VEIGA (1995, 2000).

Concluída esta etapa, demos continuidade ao trabalho de pesquisa, visando alcançar os demais objetivos estabelecidos, que fazem referência à postura dos profissionais da educação frente ao Projeto Pedagógico.

Então, fizemos um estudo de caso, em caráter exploratório, com enfoque em apenas uma unidade de ensino, que, no caso, é municipal, situada na cidade de Curitiba, e oferece ensino fundamental.

Para tanto, foi elaborado um questionário (anexo 1), instrumento utilizado, para realizar a coleta de dados, o mesmo foi aplicado em 100% dos professores, sendo que 25% deram retorno, ou seja, responderam os questionamentos. Durante a pesquisa de campo, é que buscou detectar, que concepção os professores têm de Projeto Pedagógico, a postura dos mesmos em relação às importâncias do projeto para o trabalho da escola, e o que pensam sobre a sua própria participação na

construção do Projeto Pedagógico.

Depois de realizada a coleta de dados, organizamos todas as informações obtidas e com o apoio do referencial teórico, fizemos à interpretação destas informações, ou seja, fizemos interpretação das respostas dos professores, e ao mesmo tempo situamos frente ao referencial teórico a realidade observada.

Diante de toda esta contextualização entendemos que o Projeto Político Pedagógico de ser um elemento valioso de sustentação no processo de construção da gestão democrática, onde se defrontam conflitos de forma contínua pelas relações de poder e formas de gestão ora avançando, ora, com retrocessos.

A autonomia administrativa, pedagógica e financeira não garante a participação real de todos no processo nem consegue superar políticas de manipulação e favorecimento.

6 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

A necessidade de analisar a postura e detectar a percepção dos professores da escola pesquisada, em relação ao Projeto Pedagógico tornou-se um dos objetivos e parte da justificativa deste projeto de pesquisa. E para responder a estas necessidades que questionamentos sobre o Projeto Pedagógico foram lançados aos professores na forma de questionário.

Desta forma, apresentam-se aqui as respostas obtidas dos professores, na tentativa de interpretá-las e refletir sobre elas, situando-as frente à fundamentação teórica já a apresentada, e buscando contrapor o “discurso” dos professores com a realidade observada, com a teoria consultada e de certa forma reconstruída, porém sem pretensão de estabelecer conclusões definitivas e inquestionáveis.

6.1 SOBRE A DEFINIÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO E A IMPORTÂNCIA DE SUA EXISTÊNCIA DENTRO DA ESCOLA

Uma das principais tarefas da escola é refletir sobre suas finalidades dentro da sociedade, sobre a própria sociedade, sobre a cidadania e sobre o homem que se quer formar e sendo assim, também sobre suas intenções educativas. E para superar antigos paradigmas e dilemas da educação, para enfrentar a realidade de uma nova escola em um novo tempo, esta deve ser capaz de construir seu Projeto Pedagógico. Isto porque, é a própria construção do projeto que irá provocar a reflexão, e os resultados desta reflexão vão refletir na sua elaboração teórica, no estabelecimento de suas metas, nos planos de ação que deverão garantir a qualidade do ensino.

Ao considerar estas afirmações, é importante apresentar a reflexão de MARTINS (2000, p.50), sobre a escola capaz de construir o Projeto Pedagógico:

Acredita-se ser uma idéia precisa porque consolida a escola como um ligar central da educação, numa visão descentralizada do sistema, oferece garantia visível e sempre aperfeiçoável da qualidade esperada do processo educativo; sinaliza o processo educativo como construção coletiva dos professores envolvidos; indica a função precípua da escola que, a par de administrar bem, deve sobretudo cuidar da política educativa e liderá-la.

Sendo assim, as professoras da escola onde a pesquisa foi realizada, estas foram indagadas sobre o que entendem por Projeto Pedagógico. E torna-se conveniente destacar, neste momento, a definição da professora A:

“Construído por todos os projetos define, direciona que tipo de aluno queremos formar, que tipo de cidadão buscamos. A partir daí que se norteiam as ações pedagógicas. É na elaboração do projeto que se define a política da escola”. (professora A).

Ao ser questionada sobre a importância do Projeto Pedagógico, a professora A deu a seguinte resposta:

“Sua importância é grande no posicionamento e direcionamento da escola”.

Esta ideia vem complementar a primeira resposta, em relação à definição do Projeto Pedagógico, quando considera que em sua elaboração define-se a política da escola. E realmente isto é real, pois, o Projeto Pedagógico, por estar permeado de intenções é político. Ele traduz a posição de escola referente à educação, ele serve para clarificar e explicitar a direção das ações da escola. A proposta do projeto, como um compromisso individual e coletivo, como responsabilidade de todos, deve conter e ser realizada o mais efetivamente possível, pela clarificação de intenções, pelo estabelecimento de rumos e pelo direcionamento da prática educativa. Parte desta idéia está presente na opinião da professora D, quando expõem que:

“O Projeto Pedagógico define as metas que a escola irá atingir e como atingi-las.

“Direciona mostrando o encaminhamento para atingir os seus objetivos”.

Sua existência é importante por que:

“O Projeto Pedagógico determina e organiza as ações da escola”.

O projeto busca uma direção, traduz-se em uma ação intencional delineada coletivamente. Pior isso, ele é político “por estar intimamente articulado ao compromisso sócio-político com os interesses reais e coletivos da população majoritária” (VEIGA, p.13). Assim, ele tem compromisso com a formação do cidadão conforme o tipo de sociedade na qual a escola está inserida.

Dando continuidade à discussão desta questão, que se transcrevem as respostas da professora B, a respeito da definição e da importância do Projeto Pedagógico para a escola.

“O Projeto Pedagógico é que organiza a forma pedagógica e administrativa da escola, sendo que ele deve ser construído a fim de melhorar o futuro da instituição e formar bons cidadãos para a sociedade”.

“Ele se torna muito importante para que a escola se organize, de forma que atenda às necessidades gerais da escola e de seus integrantes”.

A fala das professoras A e B demonstra a percepção do Projeto Pedagógico, como organizador do trabalho da escola como um todo, pois menciona a questão de organização pedagógica e administrativa, das ações pedagógicas e ambas citam o aspecto da formação de cidadãos. É importante notar que existe aí a percepção de que faz parte do Projeto Pedagógico à reflexão sobre a cidadania e que nele define-se os aspectos para a formação do homem, e que a organização geral do trabalho da escola e as ações pedagógicas é que colaboram na formação de atitudes e no caráter dos indivíduos.

Um outro aspecto importante de ser detectado e que está envolvido com este pensamento é o de considerar que através das ações educativas desenvolvidas na escola, com a devida integração dos interesses de toda comunidade escolar, é

que se torna possível à transformação dos homens e conseqüentemente da sociedade, para que ela seja mais justa e igualitária. E neste sentido, seria imprudência pensar que a educação, em sua forma institucionalizada, não está permeada de interesses da sociedade vigente, interesses até externos ao do país, que implicitamente faz a manutenção destes interesses e de seus valores através dos educadores que nem mesmo percebem que valores continuístas e conservadores estão impregnados em suas práticas educativas.

Então, ao construir o Projeto Pedagógico de uma escola, deve-se refletir sobre as finalidades da escola enquanto instituição social de ensino e sobre a concepção de educação, de modo que ele apresente o papel da escola na sociedade e a definição de caminhos e planos de ação a serem executados na busca dos objetivos da instituição. Contudo, isto implica na reflexão sobre cidadania e sobre que homem se quer formar.

Em conformidade com o discutido, e mais especificamente sobre a importância do Projeto Pedagógico, vale acrescentar a opinião da professora C:

“Deve existir para que a escola possa desempenhar bem o seu papel, formando pessoas críticas”.

E em relação à colocação da professora B, sobre formar bons cidadãos para a sociedade, vale questionar acerca de como formar e quais seriam os bons cidadãos para a sociedade.

O Projeto Pedagógico, sendo objeto de estudo de instituições de ensino, na busca de uma escola democrática e de uma educação de qualidade, deve ser elaborado por todos os envolvidos com a escola, isto é, equipe técnico-pedagógica, professores, funcionários, alunos, pais, e a comunidade em geral. E sendo ele a organização de todo trabalho pedagógico, como um compromisso pedagógico coletivo e um compromisso político, que a definição de objetivos passa a ser fundamental, assim, é necessário planejar o que se tem intenção de fazer, aonde se quer chegar, estabelecer metas e concluir o que se deseja manter e quais mudanças se deseja fazer.

Além de ser a organização pedagógica da escola, ele é o instrumento orientador da ação educativa dos professores e do trabalho de uma unidade de ensino em sua globalidade. É compatível com o exposto pela professora E afirma que:

“O Projeto Pedagógico é muito importante porque é ele que norteia toda a ação dos professores”.

E de forma coletiva, nele são estabelecidos os propósitos, os fundamentos e os princípios filosóficos, científicos e didático-pedagógicos da escola, assim como os desafios postos para o avanço da prática educativa, dos serviços da instituição e da sociedade como um todo, especialmente aquela atingida diretamente. É importante reproduzir aqui a fala das professoras, E e G, nesta ordem:

É um projeto realizado na escola envolvendo direção, professores, alunos, funcionários e a comunidade. Este projeto deve conter: a função da escola; o que ela pretende; a quem ela atende; o que deve ser ensinado; encaminhamento metodológico, os objetivos, avaliação, etc...”.

“É o projeto onde se estabelece a metodologia da escola, a tendência pedagógica e a concepção de educação que tem a entidade”.

“É um projeto de estrutura para um acompanhamento metodológico”.

É possível considerar que a professora C tem uma boa percepção sobre o assunto em questão, e mesmo que não apresente todos os aspectos que podem fazer parte de uma definição mais completa, ela ficou menos limitada do que as outras duas professoras que de modo geral deram ênfase a questão metodológica que o Projeto Pedagógico pode abordar. Porém, não se trata de criticar a colocação das professoras, mas de ressaltar que o Projeto Pedagógico abrange muitos aspectos, desde a metodologia empregada na ação educativa e o seu valor para a educação de qualidade até o aspecto da gestão exercida pela escola, ele suscita discussões sobre a competência dos educadores, o papel da escola e suas intenções, provoca questionamentos e reflexões acerca da cidadania, da sociedade, da concepção de homem, dos valores, das crenças, da democratização do poder e

vai além destas questões.

Além do mais, seu processo de construção é ininterrupto, devendo ser construído, colocado em prática, avaliado e reconstruído por todos os envolvidos no processo educativo da escola, a cada momento, pois, segundo VEIGA (2000, p. 13), “é um processo permanente de reflexão e discussão dos problemas da escola, na busca de alternativas viáveis à efetivação de sua intencionalidade”.

Em concordância com VEIGA (2000, p.15), “o projeto político pedagógico explicita os fundamentos teórico-metodológicos, os objetivos, o tipo de organização e as formas de implementação e avaliação da escola”. E é a tarefa de cada escola refletir sobre sua intencionalidade educativa, assim como organizar sua prática educativa, construindo, executando e avaliando seu Projeto Pedagógico.

Sendo assim, é necessário discutir o posicionamento da professora H, ao dizer que o Projeto Pedagógico:

“É uma forma que algumas escolas usam para organizar o trabalho pedagógico”.

Torna-se impossível considerar válida a resposta da professora H se for levado em consideração tudo o que já foi discutido a respeito, no entanto não é difícil chegar à constatação de que em muitas escolas o Projeto Pedagógico não passa de uma proposta, de uma formalidade burocrática sem importância para o andamento do trabalho escolar, e de que muitos professores não saibam do que se trata ou que a escola está dando andamento à construção de um Projeto Pedagógico. E provavelmente deve ser o caso destes professores, que parece estar alheio às movimentações e discussões geradas em sua escola, devido à obrigatoriedade de elaboração de um Projeto Pedagógico.

Sobre esta questão a nova LDB, Lei n 9.394/96 faz suas prescrições quando trata do Projeto Político Pedagógico como tarefa da escola em seu Art. 12, inciso I, que prevê aos “estabelecimentos de ensino, terão a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica”. No entanto, o projeto não é algo que é construído e em seguida arquivado ou encaminhado às autoridades educacionais como prova do cumprimento de tarefas burocráticas. Ele deve ser assumido como a

proposta para o ensino coerente e não fragmentado, para o ensino de qualidade, deve representar o compromisso com a causa da educação, com o desafio de ensinar.

E ao ser indagada sobre a validade do Projeto Pedagógico, a professora H respondeu que:

“É essencial, pois auxilia o professor na elaboração de suas aulas”.

O que se conclui a partir desta resposta, é que a professora H reduziu a significação do Projeto Pedagógico a simples planos de ensino e atividades, e ele é muito mais que isso. Como resultado de um trabalho coletivo, ele traduz a intencionalidade e a operacionalidade dos seus propósitos, dos seus princípios, baseados nos fundamentos da educação.

E todos estes aspectos não podem ficar reduzidos ao espaço da sala de aula, porque o Projeto Pedagógico é mais que a organização do trabalho da sala de aula, e de projetos que podem ser desenvolvidos. Ele trata do trabalho de toda a escola, visa uma ação integrada na promoção de todos os indivíduos envolvidos. E ainda, ambos os trabalhos, o da sala de aula e o da escola como um todo, devem estar relacionados ao contexto social, a organização da sociedade, apoiando-se em uma visão de totalidade, já que a sociedade exerce influência sobre a escola e por ela pode ser influenciada.

Sendo assim, o Projeto Pedagógico objetiva contemplar e iluminar as ações da escola em sua globalidade. Porque, neste sentido é vista como instituição social, inserida na sociedade capitalista, que reflete no seu interior as determinações dessa sociedade.

Do exposto, torna-se relevante reproduzir aqui as colocações da professora I, primeiro quanto à definição do Projeto Pedagógico:

“É um projeto cuja intenção (sic) é dar pré-requisitos necessários (sic) ao aluno para que este saiba observar e criticar adequadamente, e analise (sic) o que se passa a sua volta”.

Em relação à importância do projeto e a participação dos professores na elaboração do mesmo, a professora I respondeu da seguinte forma:

“É muito importante”.

“O professor precisa saber analisar tudo o que vê ou ouve, saber ler as entrelinhas para não deixar ludibriar, assim também poderá das às informações necessárias aos seus alunos”.

Toda a discussão sobre o Projeto Pedagógico obriga a observação reflexiva sobre educação e sua relação com a sociedade e a escola, o que não dispensa uma reflexão sobre o homem a ser formado, a cidadania e a consciência crítica.

Mas, não se encerram, ainda as discussões sobre os aspectos a pouco abordados, já que as professoras B e J, levantam, através de suas respostas, outra questão importante que de certa forma tem relação com o que foi discutido há pouco.

Desta forma, a professora B, ao tratar da importância do Projeto Pedagógico, faz a seguinte colocação:

“Ele se torna muito importante para que a escola se organize, de forma que atenda às necessidades gerais da escola e de seus integrantes”.

A professora J, ao definir Projeto Pedagógico diz que ele:

É o projeto que toda a escola tem que ter para acompanhar e avaliar os seus alunos. Desenvolver este projeto de acordo com as necessidades, de seus alunos e o local em que está localizada a escola, ex: periferia, bairros de classe média, etc.

A fala das professoras retrata a percepção de que o Projeto Pedagógico deve ter relação com o lugar onde a escola está inserida, e que ele deve atender às necessidades existentes neste lugar e, conseqüentemente, daqueles que integram a escola. Então, deve-se mencionar que faz parte da construção do projeto detectar

as reais necessidades, os interesses e pretensões de pais e alunos. Deve-se analisar o ambiente em que a escola está inserida e a abrangência de suas interações, assim como, quais são seus integrantes e as influências das dimensões, políticas, econômicas e culturais”.

Por esta razão é muito importante que toda comunidade escolar esteja envolvida com a elaboração do projeto Pedagógico da escola, a fim de colaborar, fornecendo informações sobre as próprias necessidades e dificuldades de seus integrantes, dando sugestões que possam servir para a melhoria da escola, a superação de problemas.

Sua elaboração deve realmente acontecer segundo a participação comum de toda a comunidade escolar. Em conformidade com VEIGA (2000, p.10), “esse imprescindível esforço coletivo implica a seleção de valores a serem consolidados, a busca de pressupostos teóricos e metodológicos postulados por todos, a identificação das aspirações maiores das famílias, em relação ao papel da escola na educação da população”.

Seu processo de construção aglutinará crenças, convicções, conhecimentos da comunidade escolar, do contexto social e científico, constituindo-se um compromisso político e pedagógico coletivo. Ele precisa ser concebido com base nas diferenças existentes entre seus autores, seja eles professores, equipe técnico-administrativa, pais, alunos e representantes da comunidade local.

Aí está o compromisso maior com a causa da educação, em relação à qualidade política, pois a opinião de todos será importante para a definição do que é pertinente, como um desafio da democracia crítica e criativa. E ainda, como o desafio importantíssimo que é o de construir uma escola democrática, com ensino de qualidade, onde haja a conjugação de esforços para que as ações sejam coerentes, consistentes e condizentes com a superação constante de limitações e com a efetivação dos objetivos da escola enquanto instituição social.

6.2 CONSIDERAÇÕES SOBRE A AUTONOMIA DA ESCOLA

Pode-se considerar que a autonomia da escola é limitada, porque as ações precisam seguir ou obedecer a uma legislação educacional, que irá garantir-lhe unidade e democratização. Porém, respeitadas as considerações legais, a escola deve estar ou conquistar sua autonomia, pois é através dela que a escola irá delinear sua identidade.

À administração central, como Ministério da Educação ou Secretarias de Educação Estaduais ou Municipais, tem a competência de oferecer assistência técnica e financeira às escolas, como também coordenar as ações pedagógicas que foram planejadas e sistematizadas pela própria escola e encorajá-las a inovar, pois não compete a estes órgãos estabelecer o desenvolvimento de propostas pedagógicas prontas e inalteráveis.

A escola precisa de autonomia para criar, organizar, executar, avaliar e reconstruir inovando sua proposta pedagógica, sem ficar totalmente dependente de órgãos que estabeleçam a política educacional. Independência consciente na escolha de suas ações educativas faz-se fundamental na busca da qualidade de ensino.

Nesse sentido, para ser autônoma, a escola necessita, além da liberdade garantida em legislação, as condições de recursos humanos, materiais e financeiros, e principalmente a competência técnica e o compromisso profissional dos educadores (CAVAGNARI, 2000, p.97).

Apoiando-se ainda, no pensamento da CAVAGNARI (2000), entende-se que a autonomia é conquistada através da competência no sentido técnico e no sentido político, mas, além disto, é fundamental haver a ação de todo o grupo, um engajamento coletivo na busca de objetivos comuns para a concretização do Projeto Pedagógico.

Sobre o discutido, destaca-se a colocação da professora F, ao ser indagada sobre o Projeto Pedagógico:

O projeto político pedagógico é a identidade da escola. O processo de construção é inacabado e diariamente implementado pela comunidade escolar (direção, supervisão, orientação, professores, funcionários, alunos e famílias).

"A autonomia da escola é garantida pelo projeto político pedagógico".

Sobre a inexistência do Projeto Pedagógico, obteve-se a resposta:

"Sabemos que uma escola sem o projeto político pedagógico é uma escola sem identidade e autonomia".

A professora além de apresentar uma concepção sobre o assunto, tem a importante percepção de que o processo de construção do Projeto Pedagógico é ininterrupto e ocorre segundo a participação de toda a comunidade escolar.

6.3 SOBRE A PARTICIPAÇÃO DOS PROFESSORES NA CONSTRUÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO

A nova LDB, Lei n 9.394/96 traz em seu Art. 13, inciso I, que "os docentes incumbir-se-ão de participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino". A Lei não dispensa a participação do professor na elaboração do Projeto Pedagógico da escola. Porém, esta participação não deve ocorrer por sua obrigatoriedade, mas pela competência técnica e pelo compromisso que cada professor deve ter com a causa da educação.

Sendo assim, as professoras foram questionadas sobre a importância de suas participações na elaboração do Projeto Pedagógico. Reúnem-se aqui as respostas das professoras A, B, D e H, nesta sequência:

"São os professores que conhecem a realidade dos alunos e da comunidade escolar, portanto capazes de visualizar que tipo de cidadão queremos formar, que tipo de escola buscamos".

"Os professores devem participar da elaboração, pois são eles que estão ligados dia a dia com a realidade da instituição e dos alunos".

"O professor é uma das pessoas mais importantes, pois é ele quem vai repassar aos alunos, desenvolvê-los, ou seja, é aquele que tem mais contato com o aluno, sabendo de suas dificuldades".

A participação dos professores é fundamental, pois a elaboração e execução deve ser com os profissionais que atuam e conhecem a realidade da escola e da comunidade. Sendo que o professor é relativamente o que possui maior convívio com alunos é indispensável que o mesmo participe da elaboração.

De modo geral, ambas as professoras concordam que o professor deve participar da construção do Projeto Pedagógico, porque são eles que conhecem a realidade da escola e de seus alunos, eles é que passam a maior parte do tempo com os alunos e sabem das dificuldades. Tudo isto é importante, porém este pressuposto não basta para justificar a participação dois professores, pois a elaboração de um projeto faz parte de sua função de educador, que deve estar consciente de sua tarefa de organizar e efetivar a prática pedagógica inovadora, crítica e reconstrutiva.

Sendo assim, é importante destacar o pensamento da professora G, em relação ao discutido:

"Não teria lógica um trabalho pedagógico sem uma finalidade e uma linha a seguir, a participação dos professores é necessária, pois é ele que vai passar este conhecimento".

Devido à maneira que a professora faz a sua colocação, subentende-se que o maior valor é dado à questão metodológica, a linha pedagógica empregada pela escola e que o professor deve estar a par disto, pois é ele que irá trabalhar com os conteúdos, ou passar os conhecimentos, como a própria professora coloca.

No entanto, é fundamental colocar em evidência que, o Projeto Pedagógico não

tem sua importância somente em relação à organização do trabalho da escola, definição de metodologias e práticas educativas, mas colabora no resgate da competência do profissional da educação, pois, como explicita DEMO (1996b, p.54), a primeira expectativa do projeto Pedagógico é, na verdade, de restaurar uma competência normal de todo o professor, que é saber construir conhecimento próprio tendo em vista fundamentar a cidadania mais competente possível, em si mesmo e no aluno.

A construção do Projeto Pedagógico deve ser fruto de sujeitos que estejam envolvidos no processo educativo, obtendo e procurando resultados em debates, em que a reflexão e a aprendizagem coletiva estejam inseridas. Aí então, justifica-se o importante fato do professor participar da elaboração do projeto, por estar intimamente ligado ao processo educativo. Devido a sua posição, o professor consegue às vezes, perceber mais do que ninguém o que é importante para o crescimento de seus alunos, quais são as necessidades e dificuldades dos alunos e da escola como um todo, como também, pode detectar quais são as falhas do sistema de ensino, da escola e de sua própria prática educativa.

E desta forma, o professor tem grande responsabilidades na construção de um Projeto Pedagógico que possa servir de sustentação para uma ação educativa consciente, que traga uma evolução positiva na atual situação de seus alunos e de sua escola, que proporcione a superação de dificuldades e que principalmente provoque o pensamento reflexivo em todos os envolvidos e sobre tudo que permeia a ação educativa.

A opinião das professoras F e J demonstram uma consciência sobre esta situação, já que considera importante a interferência do professor no processo de construção do Projeto Pedagógico, como aquele que tem capacidade de refletir e opinar sobre o assunto:

A participação dos professores na elaboração do projeto se torna necessária, pois fazem parte da comunidade escolar. Contribuindo nos debates e reflexões, com questões práticas decorrentes da interação com os alunos. (professora F).

Tem fundamental importância; quanto à participação dos professores, também, pois os professores estão a par dos problemas e dificuldades dos alunos. E deve ser dada oportunidade aos seus questionamentos e opiniões na elaboração do mesmo. (professora J)

E assim defende-se a idéia de que na tarefa de construir o projeto Pedagógico, cabe aos profissionais da escola, e principalmente aos professores, a tarefa de observar e registrar tudo o que acontece na escola, de que maneira se desenvolve o trabalho pedagógico, quais as atividades que são realizadas, quais são os maiores problemas da escola, o que se lê, o que se produz, o que pais e alunos esperam da escola, quais são seus interesses. E ainda, é necessário avaliar o que falta para o currículo escolar ser efetivado, segundo o que foi estabelecido, e de que maneira ele é executado e avaliado, percebendo os valores e crenças que estão embutidos e que são perseguidos e colocados em prática. E mais, é preciso levantar questionamentos sobre tudo isso, sobre a validade do currículo e sobre a própria prática dos profissionais frente a ele. Questionar no sentido de possibilitar uma visão crítica sobre o que ocorre na escola, analisar a dinâmica de cada um, incluindo a dos alunos, para, então, propor soluções e inovações para que a escola progrida e alcance seus reais objetivos, concretize suas aspirações, finalidades e propósitos, de forma que estes saiam do papel, deixem de ficar somente impressos em um documento.

Então, considera-se necessário apresentar a resposta da professora E. Ela diz que:

“O Projeto Pedagógico é muito importante porque é ele que norteia toda a ação dos professores.

“Assim sendo, é indispensável que os mesmos participem na sua elaboração, pois são eles que estão diariamente em contato com os alunos e sua realidade de vida”.

Realmente a professora tem razão em dizer que é indispensável à participação dos professores, porque são eles que têm contato com a realidade dos alunos. Mas, o fato dela afirmar que o Projeto Pedagógico é que norteia a ação dos professores, provoca a discussão a respeito da tarefa e da capacidade que o professor tem de construir a proposta pedagógica própria. Sobre isto DEMO (1996b, p.53), que, se consideraremos que a capacidade de produzir proposta pedagógica própria é competência normal do professor, seria óbvio que em cada escola houvesse algo parecido com um projeto pedagógico pelo menos a (sic) nível individual.

Esta questão se justifica pelo fato de que o professor, sendo aquele que elabora as aulas, sendo aquele que irá organizar o fazer pedagógico, que irá promover e estimular seu aluno na busca e na construção de seu conhecimento precisa deixar de falar em nome de teorias alheias, ou de ser apenas aquele que coloca em prática a proposta dos outros. Ele precisa sim, é refletir sobre o seu papel, apresentar sua compreensão sobre a educação e conhecimento, apresentar como pretende construir e colocar em prática sua proposta didática e avaliar seus alunos, e ainda como enxerga a relação de sua prática educativa com a formação do cidadão crítico e consciente.

Para tanto, é preciso pesquisar, estudar, questionar, atualizar-se, teorizar as práticas, ter autonomia, aprender novas coisas, avaliar-se constantemente e ter espírito inovador.

Só assim será possível pensar a construção de um Projeto Pedagógico coletivo na escola, com um grupo de professores que demonstram competências para produzir ideias e fazer avançar o debate que se articula dialeticamente com a comunidade.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que é possível de se concluir a partir dos estudos realizados, das observações feitas na escola e da pesquisa em si, é que mesmo que a discussão e o discurso dos educadores sobre o Projeto Pedagógico seja a favor dele, sendo ele considerado pelos professores como algo fundamental para o trabalho da escola, como organizador de toda atividade educativa, e que nele assistirá ou a sua construção acarretará a reflexão sobre a educação, sobre que cidadão se quer formar, ou por outras infinitas questões importantes que se possa abranger, na realidade, para muitos educadores, ele ainda não representa, sem a “dor de cabeça” dos educadores, como uma responsabilidade a mais que serve para dificultar o trabalho da escola. Isto porque sua construção realmente exige dedicação, disponibilidade e compromisso de todos.

Mas, considerá-lo assim, como uma dor de cabeça, só vem a retardar a visão e provavelmente a prática educativa fragmentada, impossibilita a visão da educação em sua totalidade, da escola em sua globalidade. Fato este, que só contribui para o desavanco da educação no interior das instituições de ensino.

No entanto, sua existência se faz fundamental para o funcionamento das escolas, para o resgate da competência do professor que é efetuar uma prática pedagógica coerente e de qualidade.

O que se considera de positivo nos resultados deste trabalho é que os professores em sua maioria conceituam o projeto político pedagógico de modo coerente, levantam questões importantes sobre o assunto, demonstram consciência acerca da importância da existência do projeto para escola e do envolvimento dos mesmos em sua elaboração. O que falta, é agir de acordo com as ideias defendidas, refletir sobre as ações já concretizadas e propor inovações, soluções para os entraves e ir em busca de meios que torne possível a realização do que nos propusemos.

Também contatamos um certo descomprometimento dos professores em relação à construção do projeto pedagógico, sendo a maior dificuldade encontrada pela pesquisadora foi receber a atenção dos mesmos para a pesquisa de campo, que foi realizada através de questionário. De forma que, somente 25% dos professores deram retorno, respondendo aos questionamentos da pesquisa.

Outra dificuldade encontrada, já na primeira visita à escola, ocorreu durante a

realização da investigação da realidade escolar. Não havia ninguém muito disposto a ajudar. Alguns materiais como: histórico da instituição e o regimento escolar foram colocados à disposição.

Sendo assim, percebe-se que interferir de qualquer forma na rotina da escola, mesmo que seja com a intenção de ajudar é algo quase impossível. As relações, os valores e crenças que se perpetuam dentro das escolas já estão cristalizadas e o envolvimento de pessoas externas ou a tentativa de inovar é normalmente dificultada.

Desta forma, também constatamos que o assunto projeto pedagógico dá margem para muita discussão, envolve diversos aspectos da educação. Em contrapartida provoca a discussão sobre as intenções da escola e o papel dos professores e dos demais envolvidos no processo, devemos levar em conta também os aspectos administrativos e pedagógicos e por último a contribuição da comunidade no processo educativo.

Todo o trabalho desenvolvido partiu da problemática levantada e gerou diversos questionamentos acerca do projeto pedagógico provocando o desejo de investigar outros elementos ligados ao tema, além daqueles apresentados.

Neste sentido os objetivos estabelecidos para esta pesquisa foram alcançados.

No entanto é necessário dar prosseguimento ao trabalho para buscar respostas aos questionamentos que surgiram e que surgem em todos os questionamentos sujeitos. As metas para o possível prosseguimento do trabalho de pesquisa, estão vinculadas aos entraves existentes na construção desse longo percurso de construção mental, política e social, e suas principais dificuldades à visão dos doentes e direção da escola como um todo.

No que se refere à situação do planejável de educação nas instituições escolares tradicionais, o mesmo quase sempre foi sustentado por concepções e práticas institucionais autocráticas e mais recentemente co-gestionárias. E isso só será possível, se toda a equipe envolvida no processo reconhecer suas limitações e estiver aberta ao diálogo e disposta a construir nossos caminhos.

REFERÊNCIAS

CAVAGNARI L. B. Projeto Político Pedagógico: autonomia e realidade escolar, entraves e contribuições. In VEIGA I. A.; RESENDE, L. M. G. (Org), **Escola: espaço do projeto político pedagógico**. 2ª ed. Campinas: Papirus, 2000.

DEMO, P. **Educar pela pesquisa**. Campinas: Autores Associados, 1996a.

DEMO, P. Educação para a cidadania e perspectivas. In: FINGER, A. P. **Educação: caminhos e perspectivas**. Curitiba: Champagnat, 1996b. Pg. 53-81.

MARTINS R. B. Educação para a cidadania. O projeto pedagógico como elemento articulador. In: VEIGA, I. A.; RESENDE, L. M. G. (Org), **Escola: espaço do projeto político pedagógico**. 2ª ed. Campinas: PAPIRUS, 2000.

MENEZES J. G. C. (Org). **Estrutura e funcionamento da educação básica**. 2ª ed. São Paulo: Pioneira, 1999.

VEIGA, I. A.; RESENDE, L. M. G. (Org). **Escola: espaço do projeto pedagógico**. 2ª ed.. Campinas: Papirus, 2000.

VEIGA, I. A. (Org). **Projeto Político Pedagógico da Escola: uma construção possível**. Campinas: Papirus, 1995.

ENS, R. PAVÃO, Z. M. **Proposta de trabalho: pesquisa em educação da prática pedagógica**. Curitiba, 2000.

OLIVEIRA, D. **A gestão democrática da educação**. Petrópolis: Vozes, 1997.

PINHEIRO, M. E. A ação coletiva como referencial para a organização do trabalho pedagógico. In. VEIGA, I. A.; RESENDE, L. M. G. (Org). **Escola: espaço do projeto político pedagógico**. 2ª ed. Campinas: Papirus, 2000.

BEARENS. M. A. **A formação continuada dos professores e a prática pedagógica**. Champagnat: Curitiba, 1996.

DOCUMENTOS CONSULTADOS

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Sistemas de Bibliotecas. **Normas para a apresentação de documentos científicos**. Ed. da UFPR: Curitiba, 2007.

Lei 9.394, de 20/12/1996, fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Estrutura e funcionamento da educação nacional**. 2ª ed. São Paulo: Pioneira, 2000.

ANEXO

PESQUISA DE CAMPO

Formação:

Idade:

Sexo:

Função:

1) O que você entende por projeto político pedagógico?

2) Qual a importância da existência do projeto político pedagógico dentro da escola? E qual a importância da participação dos professores na elaboração do mesmo?